

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2015/2016



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**PRISIONEIRO DE GUERRA PORTUGUESES NO QUADRO DA
GRANDE GUERRA**

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CÍVICAS DE APOIO

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque

Major de Infantaria



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

PRISIONEIRO DE GUERRA PORTUGUESES NO QUADRO
DA GRANDE GUERRA
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CÍVICAS DE APOIO

Major de Infantaria João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2015/1016

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**PRISIONEIRO DE GUERRA PORTUGUESES NO QUADRO
DA GRANDE GUERRA
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CÍVICAS DE APOIO**

Major de Infantaria João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2015/2016

Orientador: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti-Plágio

Eu, **João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Prisioneiros de Guerra Portugueses no Quadro da Grande Guerra: o papel das instituições cívicas de apoio** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2015/2016** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 14 de junho de 2016

João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque
Major de Infantaria



Agradecimentos

É comum ouvirmos dizer que o importante não é o resultado, mas sim o processo. No entanto, sabemos que num curso de formação quase tudo está orientado para o resultado.

O presente trabalho é, assim, o resultado de um longo e árduo processo. Bom ou mau, o resultado, é da minha inteira responsabilidade. Mas o processo, esse, foi marcado por diversas pessoas, sem as quais não teria sido possível concluir este ensaio.

Assim, cabe-me agradecer a todos quantos direta ou indiretamente, em maior ou menor medida, me ajudaram a concretizar este trabalho de investigação. Ao Major Carlos Afonso, pela sua disponibilidade e orientação, durante todas as fases do processo, e ao Tenente-Coronel Leonel Martins, meu orientador, pela revisão final do trabalho.

Pelo conselho sincero, pelo esmero na revisão contínua do texto e pela enorme amizade, agradeço especialmente ao Pedro Cavaleiro.

Agradeço, ainda, ao Professor Filipe Ribeiro de Meneses que, a partir da National University of Ireland, Maynooth, conseguiu encontrar disponibilidade para dar os seus contributos. Igualmente, à Mestre Fátima Mariano e Mestre Maria José Oliveira, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, pelos seus comentários, sugestões e disponibilidade.

Quero, também, deixar uma palavra de grande apreço ao Mestre Carlos Alves Lopes, pelo apoio e preocupação permanentes e pela iniciativa de disponibilizar inúmeras obras, da sua coleção particular, fundamentais para o desenvolvimento desta investigação.

Em particular, gostaria de agradecer à estimada família do Exmo. Sr. General João Carlos Craveiro Lopes, na pessoa da Sra. D. Maria João Craveiro Lopes, por ter acedido ao meu pedido de consulta do *Diário do Captiveiro*, fonte essencial na minha investigação.

Por fim, resta-me agradecer profundamente à minha família. Aos meus pais e irmã. À minha mulher. Mas, em particular, às minhas filhas Leonor, de dois anos e Luísa, de seis meses. Sem elas, teria sido muito mais fácil alcançar este resultado, mas o processo não teria sido tão gratificante!

Dedico este trabalho à memória do General João Carlos Craveiro Lopes, prisioneiro de guerra na Grande Guerra.



Índice

Introdução	1
1.1. Revisão da literatura	4
1.2. Percurso Metodológico	6
1.3. Instrumentos de recolha	6
2. Para a Flandres!	8
2.1. A frente interna	8
2.2. A participação no <i>front</i>	13
2.3. O apoio do Estado	15
3. Saúde e Fraternidade	17
3.1. As Instituições Cívicas em Portugal	17
3.2. O Comité Português de Socorros aos Militares e Civis Prisioneiros de Guerra.....	21
3.3. A Comissão de Assistência aos Prisioneiros de Guerra Portugueses	26
4. O Apoio.....	31
4.1. O Estatuto Jurídico	31
4.2. No Cativeiro.....	33
4.3. No Regresso.....	37
Conclusões.....	40
Documentação de Arquivo	43
Outras Fontes.....	44
Bibliografia.....	44

Índice de Figuras

Figura 1 – Triângulo de Apoio aos Prisioneiros de Guerra	35
Figura 2 – Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal	Anx A-1
Figura 3 – Decreto 4:053, de 20 de março de 1918.....	Anx B-1
Figura 4 – Cruzada das Mulheres Portuguezas	Anx C-1
Figura 5 – Cruzada das Mulheres Portuguezas	Anx C-1
Figura 6 – Apelo da CMP	Anx D-1
Figura 7 – Apoio do jornal O Século.....	Anx E-1
Figura 8 – Damas Enfermeiras Auxiliares no CEP	Anx F-1



Figura 9 – Damas Enfermeiras Auxiliares	Anx F-1
Figura 10 – Soldados do CEP no TVP	Anx G-1
Figura 11 – Comité de Socorros no Hotel Richemont.....	Anx H-1
Figura 12 – Professor Hernâni Torres	Anx I-1
Figura 13 – Esboço da Ração de Pão	Anx J-1
Figura 14 – Mapa do Itinerário dos Oficiais Prisioneiros	Anx K-1
Figura 15 – Mensagem de Sidónio Pais	Anx M-1
Figura 16 – Metodologia e estrutura geral do trabalho	Apd A-1
Figura 17 – Percurso Metodológico - <i>Design</i> Pesquisa Histórica.....	Apd B-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Prisioneiros de Guerra capturados na Alemanha (até outubro de 1918)	34
--	----

Índice de Anexos

Anexo A — Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal.....	Anx A-1
Anexo B — Decreto 4:053, de 20 de março de 1918	Anx B-1
Anexo C — Cruzada das Mulheres Portuguezas.....	Anx C-1
Anexo D — Exemplo de Apelo da CMP ao apoio aos militares mobilizados	Anx D-1
Anexo E — Apoio do Jornal O Século.....	Anx E-1
Anexo F — Damas Enfermeiras Auxiliares.....	Anx F-1
Anexo G — Sede do Triângulo Vermelho Português em Paris.....	Anx G-1
Anexo H — Comité de Socorros aos Militares e Civis Prisioneiros de Guerra	Anx H-1
Anexo I — Professor Hernâni Torres.....	Anx I-1
Anexo J — Esboço do TCor Craveiro Lopes demonstrando a ração de pão.....	Anx J-1
Anexo K — Mapa do itinerário percorrido pelos oficiais prisioneiros.	Anx K-1
Anexo L — Constituição da Comissão Central de Assistência aos PG	Anx L-1
Anexo M — Mensagem de Sidónio Pais aos prisioneiros.....	Anx M-1

Índice de Apêndices

Apêndice A - Metodologia e Estrutura do Trabalho	Apd A-1
Apêndice B - Percurso Metodológico – <i>Design Histórico</i>	Apd B-1



Resumo

A história dos cerca de 7000 prisioneiros de guerra portugueses, capturados na frente ocidental, a maioria na sequência da Batalha de La Lys, foi praticamente inexistente até ao final do século passado. Conhecer as diferentes dimensões desta problemática permitirá uma abordagem mais abrangente à participação de Portugal na Grande Guerra e à questão dos prisioneiros de guerra, em particular.

O presente trabalho de investigação teve como objetivo analisar o apoio das instituições cívicas aos prisioneiros de guerra. Para tal, através de um estudo de natureza qualitativa e de pesquisa histórica, procurámos compreender as razões que levaram o Estado a tardar no apoio aos prisioneiros, identificar as instituições que se destacaram nesse apoio e, por fim, analisar a interação entre as principais entidades responsáveis, procurando compreender o volume e os efeitos do auxílio prestado, desde o momento da captura até ao seu repatriamento.

Assim, verificámos a existência de duas instituições que desempenharam um papel fundamental no apoio aos prisioneiros. O Comité de Socorros aos Militares e Civis Prisioneiros de Guerra e a Comissão Central de Assistência. Em união de esforços e apoiadas, posteriormente, pelo delegado do Serviço de Prisioneiros de Guerra, tornaram possível a assistência aos militares portugueses cativos na Alemanha.

Palavras-chave

Prisioneiros de Guerra; Grande Guerra; Instituições de Apoio.



Abstract

The history of around 7000 Portuguese prisoners of war, captured on the western front, the majority following the Battle of the Lys, was virtually non-existent until the end of the last century. Knowing the various dimensions of this problem will allow a more comprehensive approach to the study of the Portuguese participation in the Great War, and in particular to the issue of prisoners of war.

This research paper aimed to analyze the support of civic institutions to prisoners of war. To this end, through a qualitative study and historical research, we sought to understand the reasons for the state belated support to prisoners, identify the institutions that stood out in this support and, finally, to analyze the interaction between the main responsible actors, seeking to understand the volume and the effects of the aid provided from the moment of capture to their repatriation.

Thus, we found that there were two main institutions that played a key role in supporting prisoners. The Committee of Aid to the Military and Civilian Prisoners of War and the Central Assistance Commission. In joint efforts and later supported by the delegate of the Prisoners of War Service they made it possible to assist the Portuguese military captives in Germany.

Keywords

Prisoners of War; Great War; Civic Institutions.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CAMM	Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados
CEP	Corpo Expedicionário Português
CMP	Cruzada das Mulheres Portuguezas
CPPGP	Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses
CSMCPPG	Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra
GG	Grande Guerra
IHC	Instituto de História Contemporânea
LCGG	Liga dos Combatentes da Grande Guerra
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
PD	Partido Democrático
PE	Partido Evolucionista
PG	Prisioneiro de Guerra
PR	Presidente da República
PSP	Partido Socialista Português
QG	Quartel-General
SPCV	Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha
SPG	Serviço dos Prisioneiros de Guerra
TVP	Triângulo Vermelho Português
YMCA	<i>Young Men's Christian Association</i>



Introdução

Os prisioneiros de guerra (PG) portugueses, resultantes dos confrontos militares da Primeira Guerra Mundial, quer em África, quer na frente Europeia, foram uma inevitável consequência deste conflito, que marcaria de forma indelével o século XX. Compreender as circunstâncias e condições em que estes homens viveram e entender o papel do Estado Português e das várias instituições no apoio aos prisioneiros, torna-se fundamental para uma apreciação abrangente do fenómeno da guerra em geral e, particularmente, da participação militar portuguesa na Grande Guerra (GG).

No âmbito do projeto do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar - “A conjuntura internacional e as consequências da participação militar portuguesa na Primeira Guerra Mundial”, julgamos que a análise desenvolvida neste trabalho, permitirá dar um contributo para uma melhor compreensão deste período da história de Portugal, marcado pela convulsão política e por um esforço de guerra ao qual o país não foi poupado e cujas consequências afetariam toda uma geração. Aliás, como veremos no desenrolar do trabalho e no que respeita aos PG, podemos constatar que as marcas deixadas nos militares que experimentaram as agruras do cativeiro, irão acompanhá-los até ao fim dos seus dias e perdurar nas memórias dos seus familiares, de geração em geração.

A análise ao apoio prestado pelo Estado e demais organizações no acompanhamento dos PG, desde o momento da captura até ao seu regresso à pátria, interessa-nos particularmente. Este terá sido um dos conflitos da era contemporânea, nos quais Portugal participou, que produziu o maior número de PG portugueses. Assim, parece-nos fundamental compreender a forma como as instituições lidaram com esta realidade, para percebermos o papel dos militares na sociedade portuguesa de então e entendermos o impacto desta malograda experiência, na vida daqueles que serviram a nação na Flandres.

O papel desempenhado pelo Estado foi alvo de alguns estudos, nos quais ficou patente a sua inoperância. Como refere Carlos Alves Lopes (2012, p. 125) o Estado “fruto de um país em constantes convulsões governamentais não teve capacidade organizativa suficiente para apoiar os seus soldados nas trincheiras em França e muito menos os seus soldados nos campos de prisioneiros na Alemanha.” Maria José Oliveira (2011, p. 94), no seu trabalho intitulado *Deste triste viver*, conclui também, relativamente à assistência dada



aos prisioneiros portugueses: “A situação exigia, por isso, a concretização célere de uma política governamental de assistência e proteção. Que não existiu.”

É neste contexto académico que procuraremos fazer incidir o nosso estudo no papel das inúmeras instituições cívicas que, nos estudos mais recentes, são apontadas como as únicas cujo apoio aos PG produziu algum efeito. Seguindo as linhas de investigação deixadas em aberto por alguns desses trabalhos, de onde destacamos o mencionado por Fátima Mariano, que se tem dedicado ao estudo do papel das mulheres no apoio aos prisioneiros portugueses: “Ainda não nos foi possível verificar quais os verdadeiros resultados das diversas diligências levadas a cabo pela Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses” (Mariano, 2012, p. 532), tentaremos compreender se foi realmente efetivo esse apoio e de que forma estas instituições interagiram entre si, com o estado e com os prisioneiros.

O objeto desta investigação é o apoio prestado pelas diversas instituições aos PG portugueses, no quadro da GG.

Delimitaremos o nosso estudo em termos temporais, espaciais e conceptuais. Assim, em termos temporais, abordaremos o período compreendido desde o início da GG, no verão de 1914, centrando a nossa análise no período que se seguiu à Batalha de La Lys, ocorrida a 9 de abril de 1918. Foi na sequência deste evento que foi efetuado o maior número de PG, sendo também nesta altura que se tornou evidente a necessidade de coordenar um apoio efetivo a estes militares, consentâneo com os tratados e o estatuto jurídico dos PG em vigor na época. Estabelecemos o mês de maio do ano de 1919 como limite temporal final, uma vez que a esmagadora maioria dos prisioneiros chegou a Portugal até essa data.

Em termos espaciais, iremos apenas analisar a frente europeia, uma vez que sendo a mais bem documentada, permite, dados os constrangimentos de tempo que limitaram esta investigação, uma avaliação mais credível e consequente.

Por último, no que se refere à delimitação conceptual do nosso trabalho, optámos por ir apresentando os conceitos adotados ao longo do próprio texto, à medida que forem necessários. No que respeita ao conceito de PG, de acordo com o definido pelo direito internacional da época, faremos incidir a nossa análise apenas nos militares capturados, não abordando com profundidade os civis que, acompanhando o Corpo Expedicionário Português (CEP), possuíam o estatuto de prisioneiro de guerra caso fossem capturados. Em



relação às diversas organizações criadas com o objetivo de apoiar os prisioneiros portugueses, designá-las-emos por “instituições cívicas”, porquanto foi da sociedade civil que elas emergiram.

Considerámos no nosso estudo, inúmeras instituições que, de uma ou outra forma, contribuíram para o apoio aos PG. Quer pela informação disponível, quer pelo volume de atividades desenvolvidas, quer mesmo pelos resultados obtidos, centrámos a nossa análise nas seguintes instituições: Comissão Feminina “Pela Pátria” (1914); Cruzada das Mulheres Portuguezas (1916); Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses (1918); Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (1887); Triângulo Vermelho Português (1916) e Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra (1917). No pós-guerra há que relevar ainda a Junta Patriótica do Norte e a Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

O objetivo geral desta investigação é analisar o apoio prestado pelas instituições cívicas aos PG. Este objetivo geral é complementado por três objetivos específicos. Formulámos uma Questão Central - Qual o resultado do apoio prestado pelas instituições cívicas aos PG? - da qual derivaram ainda três outras questões¹.

No primeiro capítulo apresentaremos a informação resultante do processo de revisão da literatura e a metodologia adotada². No segundo capítulo, procuraremos compreender o ambiente político nacional da época, analisando os fatores que possam ter influenciado o apoio prestado pelo estado e favorecido o surgimento e atuação das instituições em estudo. Em seguida, no terceiro capítulo, procuraremos caracterizar as instituições, de forma a conhecermos as suas origens e ligação aos prisioneiros, bem como a sua organização. Desta forma, conseguiremos analisar o seu desempenho, procurando relevar as que mais se destacaram. No quarto e último capítulo, trataremos então de analisar, em que é que foi concretizado o apoio aos prisioneiros pelas principais instituições.

Por fim, iremos confrontar e relacionar todas as conclusões resultantes da análise vertida nos diversos capítulos, com o objetivo geral da nossa investigação.

¹ Ver apêndice A - Metodologia e Estrutura Geral do Trabalho.

² Ver apêndice B - Percurso Metodológico – *Design Histórico*.



1. Abordagem Metodológica

1.1. Revisão da literatura

A temática dos PG, no quadro da GG, foi pouco abordada pela historiografia portuguesa e quase nada pela historiografia militar, até ao final do século passado. Já neste século, no último grande compêndio de História Militar, a *Nova História Militar de Portugal*, aparece apenas referenciada num parágrafo onde se contabilizam os mortos, os feridos e os PG. (Teixeira, 2004, p. 30) Com efeito, houve uma tendência, no período posterior à participação militar portuguesa na GG, para obliterar do conhecimento geral o drama dos PG portugueses. É o próprio General Ferreira Martins que, já em 1935, na sua obra *Portugal na Grande Guerra*, sugere o seguinte: “Corramos, porém, um véu bem espesso sobre esse cenário de horrores que foi a vida de fome, de miséria, de martírio, dos prisioneiros portugueses na Alemanha” (Martins, 1935, pp. 120-121). Nuno Severiano Teixeira, no seu estudo *A Fome e a Saudade, os Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra* aponta duas grandes razões para este facto: uma de ordem política, considerando que o prisioneiro é visto como aquele que fracassou em termos militares, e outra que diz respeito à historiografia militar, tão habituada a produzir apenas a história da batalha, votando ao esquecimento os aspetos complementares que lhe são intrínsecos (Teixeira, 1992, p. 91).

Contudo, surgem em Portugal no final do século XX, alguns estudos sobre esta temática, dos quais o último referenciado talvez seja o mais significativo. Seguiram-se outros, a maioria já neste século, que procuraram analisar a participação militar portuguesa na GG numa perspetiva social, política e até humanística. Destacamos, *O Poder e a Guerra 1914-1918, Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, de Nuno Severiano Teixeira (1996); *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra 1916-18* (2000) e *A Grande Guerra de Afonso Costa* (2015), de Filipe Ribeiro de Meneses; *Das trincheiras, com saudade - a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, de Isabel Pestana Marques (2008); *Primeira República I - Do Sonho à Realidade*, de António José Telo (2010) e, aqueles que abordam numa perspetiva mais direta o tema em estudo neste trabalho, *Os portugueses na Grande Guerra - Uma experiência de combate e de cativo*, tese de Mestrado de Carlos Alves Lopes (2012) e *Deste triste viver – Memórias dos Prisioneiros de Guerra Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, tese de Mestrado de Maria José Oliveira (2011). Ambas as



dissertações incidem o seu estudo na compreensão do ambiente e das condições de vivência que os prisioneiros portugueses encontraram, nos campos de prisioneiros alemães.

Existe ainda um extenso corpo bibliográfico, constituído pelas diversas obras literárias, na forma de memórias ou diários, escritas na primeira pessoa por alguns militares que experimentaram a condição de prisioneiro. A maior parte destes textos foram publicados nos primeiros anos após a guerra, com todas as limitações que daí advêm, havendo que atender especialmente ao carácter pessoal destas obras, que refletem a experiência e a visão próprias de alguém que viveu nas condições extremas que estes portugueses encontraram nos campos de prisioneiros da Alemanha. Outras há, porém, que conservadas afetosamente de geração em geração, ainda aguardam o dia em que serão dadas à estampa.

Uma dessas obras, pelo seu grande valor histórico e singularidade, merece um destaque particular. Trata-se do diário pessoal do, então, Tenente-Coronel João Carlos Craveiro Lopes, comandante de Brigada no CEP, prisioneiro de guerra na Alemanha e presidente da Comissão Central de Assistência (Craveiro Lopes, 1918a). É uma obra que, na íntegra, não é pública, e que chegou ao nosso conhecimento através de um trabalho elaborado por António Louçã, publicado na página da internet da Rádio e Televisão de Portugal, na sequência da investigação que tem vindo a desenvolver acerca da participação portuguesa na GG (Louçã, 2015).

Neste contexto, há uma outra obra que importa salientar e que apresenta uma dupla valência. Trata-se do livro de Manuel H. Lourinho, *Prisioneiros Portugueses na Alemanha (Guerra de 1914-1918)* (Lourinho, 1980) que, para além de algumas reflexões do autor, Tenente Médico do CEP e prisioneiro de guerra, reconstitui o arquivo da Comissão Central de Assistência aos Prisioneiros Portugueses. Este texto foi alvo de uma análise profunda da nossa parte, uma vez que nos oferece uma perspetiva única do apoio aos PG.

Uma dessas instituições, a que já fizemos referência, foi o Comité de Socorros. Existem três fontes bibliográficas relativas ao papel desempenhado por esta instituição que importa também relevar. Trata-se da publicação *A Obra do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra* (1934) e de dois boletins editados pelo próprio Comité. Um primeiro (Pietas, 1917), referente aos primeiros dez meses de existência do comité e, um segundo (Pietas, 1919) por ocasião da sessão de encerramento do mesmo.



1.2. Percurso Metodológico

Para a elaboração deste trabalho seguimos uma metodologia assente numa estratégia de investigação qualitativa onde aplicámos o desenho de pesquisa histórica.

Na fase exploratória, para além de leituras preliminares, conduzimos quatro entrevistas que nos ajudaram a definir a linha de investigação a seguir, bem como as fontes e estudos a analisar.

Orientados pela nossa Questão Central, começámos por analisar as várias fontes (arquivísticas e bibliográficas) disponíveis e os vários estudos elaborados sobre a matéria. Esta fase, que designámos de heurística, permitiu obter um conhecimento abrangente do tema. Na sequência das primeiras entrevistas exploratórias, conduzimos entrevistas de verificação empírica com alguns dos autores dos estudos, destinadas ao esclarecimento de questões relativas à interpretação dos mesmos. Destacamos as conversas e trocas de correspondência eletrónica efetuadas com Carlos Alves Lopes, Fátima Mariano, Filipe Ribeiro de Meneses e Maria José Monteiro de Oliveira.

Posteriormente, observámos os dados recolhidos, confrontando as conclusões obtidas pela análise da informação contida nas fontes, com aquelas provenientes da interpretação dos estudos observados, atentos à crítica a que sujeitámos uns e outros. Deste modo, foi-nos permitido analisar os modelos de apoio das diversas instituições, tentando determinar as que foram mais relevantes. Por fim, procedemos à elaboração de uma síntese que permitiu encontrar as respostas às questões derivadas, conduzindo à resposta à questão central. Assim, foi-nos possível tecer conclusões que nos levaram a compreender o resultado do apoio prestado e, bem assim, culminar a nossa investigação, deixando sugestões para investigações futuras³.

1.3. Instrumentos de recolha

Os nossos dados foram obtidos de duas formas, utilizando a técnica de análise documental: através da análise das fontes, arquivísticas e bibliográficas e pela análise dos estudos desenvolvidos acerca da temática em causa.

Podemos afirmar que foi na consulta das fontes primárias, encontradas nos arquivos, que baseámos a nossa análise, tendo realizado pesquisas nos seguintes arquivos:

³ Ver quadro de síntese em apêndice B – Percurso Metodológico – *Design Histórico*.



- Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Lisboa, 3º Piso, Armário 6, Maços 18 e 59-62 e Armário 7, Maços 180 e 181;
- Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa, I Divisão, 35ª Secção, Caixas 428, 436, 512, 1245, 1338, 1347, 1764;
- Arquivo da Comissão Central de Assistência, integrados no livro de Manuel Lourinho.

Analisámos, ainda, os relatórios constantes nos dois boletins da *Pietas*, referentes ao trabalho desenvolvido pelo comité de socorros.

No que respeita às obras literárias produzidas por antigos PG, identificámos cerca de dez, que consultámos no sentido de obter uma visão pessoal do quotidiano dos prisioneiros.

Conduzimos ainda pesquisa bibliográfica, assente nos estudos já mencionados e demais obras de referência de autores nacionais e estrangeiros.



2. Para a Flandres!

2.1. A frente interna

No verão de 1914, numa altura em que a Europa vivia um período de estabilidade económica e crescia a consciência de uma interdependência entre os estados, todos os indicadores desaconselhavam a participação num conflito de larga escala. Esta ideia de internacionalismo e de estreitamento das relações exteriores não se cingia à dimensão comercial, verificando-se também nos domínios intelectuais, ou até religiosos (Keegan, 2014, p. 25). A cena internacional era caracterizada pela interação entre o equilíbrio de poder das grandes potências europeias, sustentada no sistema de alianças vigente, e a oposição dos interesses imperialistas dessas nações (Teixeira, 1996, p. 65), mercê do expansionismo a que se viram obrigados, na busca por novos mercados.

É neste contexto que, consciente do “centralismo da civilização europeia e da crença inabalável na supremacia universal do (velho) continente” (Pires, 2010, p. 249), a jovem República Portuguesa assiste à sucessão de eventos que acabariam por arrastar a Europa para a guerra. Um conflito antecipado, planeado e precipitado por algumas nações, que não surgiu de uma degradação prolongada de relações de tensão, mas antes foi resultado das tomadas de posição e confrontos que, num espaço de tempo reduzido, emergiram no sistema internacional (Clark, 2014, p. 590).

A guerra, torna-se assim, o centro de gravidade da vida política da República. A disputa pelo poder formal, a que se assistiu durante o período de duração da GG, seria marcada pela dialética que colocava em confronto intervencionistas e não-intervencionistas, ou guerristas e antigueristas. Deste embate resultaria, no final do conflito mundial, a própria “morte da Primeira República” (Rosas, 2010, p. 248).

O governo de Portugal, durante o estio do fatídico ano de 1914, assumia uma posição inicial ambígua, declarando-se não beligerante e não neutral (Fraga, 2010, p. 84), seguindo as recomendações da sua aliada Inglaterra, de quem dependia em termos económicos⁴. Não podiam, os governantes da nação, deixar de acatar tais indicações, sob pena de verem cumpridos os termos das negociações diplomáticas que a dita aliada tinha vindo a encetar com a Alemanha, pela disputa dos territórios portugueses ultramarinos⁵.

⁴ Essencialmente no que respeita a trigo e carvão. Veja-se, sobre a questão da dependência externa, Jaime Reis (1984), *O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)*.

⁵ Veja-se, sobre esta questão, José de Almada (1946), *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*.



O designado Governo de “pacificação”⁶, sob a liderança de Bernardino Machado, conduzia, então, os destinos nacionais. O Partido Democrático (PD) de Afonso Costa, maioritário na Câmara de Deputados⁷, defendia o intervencionismo com base em dois objetivos: “defender o património colonial português e reforçar o jovem regime republicano” (Meneses, 2010, p. 268). Nesta corrente, gravitavam ainda o Partido Evolucionista (PE) e parte do Partido Socialista Português (PSP), bem como a maioria da comunidade intelectual e artística.

No campo ideológico oposto e em maior número, a corrente não-intervencionista contava com monárquicos, unionistas e o restante PSP. Era neste grupo que se inseria a maioria da população portuguesa, em termos políticos e ideológicos (Telo, 2014, p. 11).

A sociedade portuguesa dividia-se, então, em duas questões fundamentais: entrar na guerra a todo o custo ou apenas sob um pedido da Inglaterra e participar na frente europeia ou cingir a intervenção a África (Telo, 2014, p. 12). Assistia-se, assim, a uma clivagem interna que viria a motivar, nos anos subsequentes, uma alternância constante no governo.

A queda do executivo, liderado por Bernardino Machado, dava-se no final de 1914. Marcado por uma forte oposição interna, da qual o Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), Freire de Andrade, era o principal protagonista e atacado pelos opositores externos, a 5 de dezembro era substituído por um governo liderado por Azevedo Coutinho.

O governo de Azevedo Coutinho foi breve e agitado, desde o primeiro dia. O seu grande objetivo era promover a realização das tão esperadas eleições, tarefa que se adivinhava difícil, porquanto o *quorum* no Parlamento não era conseguido, fruto de sucessivos abandonos por parte dos deputados e senadores unionistas (Meneses, 2015, p. 82). As más notícias da batalha de Naulila, de 18 de dezembro, não vieram favorecer a crise política que se agravava.

Este executivo é então travado por uma intervenção militar, que ficaria conhecida como o “movimento das espadas” (Meneses, 2010, p. 273). Era nas Forças Armadas, particularmente no seio dos oficiais do quadro permanente do Exército, que o movimento antiguerrista mais florescia (Telo, 2014, p. 18). Assim, na sequência de um protesto pela alegada interferência política em movimentos e promoções de militares, um conjunto de

⁶ Instituído pelo Presidente Manuel de Arriaga, na sequência da queda do Primeiro Governo de Afonso Costa.

⁷ Evolucionistas (liderados por António José de Almeida) e Unionistas (liderados por Manuel de Brito Camacho), controlavam o Senado.



oficiais entregam simbolicamente as suas espadas, símbolo de comando, ao Presidente da República (PR) Manuel de Arriaga. Este, não teve alternativa senão pedir ao General Pimenta de Castro que formasse governo e garantisse a ordem e segurança suficientes, para permitir a realização de eleições livres. A prioridade da ação governativa foi a pacificação do sul de Angola, enquanto que no quadro interno, Pimenta de Castro tentava a reconciliação nacional e manifestava a intenção de manter a neutralidade (Meneses, 2010, p. 273).

Contudo, o governo de Pimenta de Castro e o próprio PR não resistiriam à violenta revolução⁸ de 14 de maio de 1915, levada a cabo por uma oposição, encabeçada pelo PD, que tinha vindo a extremar a sua posição. Com civis armados, sargentos e praças do Exército, elementos da Marinha e alguns navios no Tejo, em 24 horas, os revoltosos conseguem provocar a demissão do governo. (Telo, 2014, p. 19).

A Junta Revolucionária confia a João Chagas a missão de governar. Este, abandonaria o cargo logo a 16 de maio, na sequência de ferimentos obtidos num atentado de que foi alvo, mantendo-se Afonso Costa na reserva. Mas a pasta era entregue a José de Castro e o protagonismo assumido por estas duas figuras da revolução, sustentava a tese que se pretendia fazer passar de que o golpe tinha sido efetuado, “não pelos democráticos, mas antes por todos os verdadeiros republicanos” (Meneses, 2015, p. 116). José de Castro conduziu, então, o país a eleições, após as quais cedeu a liderança a Afonso Costa, abrindo caminho a uma nova e legítima presença intervencionista no governo.

É neste contexto que surge, finalmente, a oportunidade pela qual os guerristas ansiavam. Os britânicos, motivados pelas dificuldades que começavam a sentir de disponibilidade de navios mercantes, fruto da campanha submarina alemã, informam o Governo que iriam canalizar os seus recursos para abastecer a Inglaterra e os outros beligerantes (Meneses, 2010, p. 274). Portugal, vê neste facto a possibilidade de forçar a sua própria beligerância, pondo fim à neutralidade. A ideia era aprisionar os navios alemães que se encontravam abrigados em portos portugueses⁹. É precisamente isso que Afonso Costa faz, solicitando a Londres um convite, em nome da aliança, para que Portugal se apoderasse dos ditos navios, que eram alvo de interesse de britânicos e

⁸ “A mais sangrenta de todas, com cerca de 200 mortos e 600 feridos em Lisboa” (Telo, 2014, p.19). “Foram muitas as mortes (cento e uma segundo uma primeira estimativa, havendo 913 feridos)” (Meneses, 2015, p.112)

⁹ Seriam aprisionados 72 navios na sequência do decreto de 24 de fevereiro.



franceses (Telo, 2014, p. 20). É importante, contudo, referir que continuava a não estar em causa a participação portuguesa na frente ocidental.

Tudo isto se passava sob o olhar atento da missão diplomática alemã em Lisboa, que tinha vindo a denunciar, o que considerava serem, sucessivas quebras de neutralidade, desde o episódio do envio das peças de 75mm para a França. A 9 de março, em resposta ao decreto nº 2229 de 24 de fevereiro de 1916 que, sem qualquer negociação prévia ditava o aprisionamento dos navios, o representante alemão Friedrich Von Rosen envia ao MNE a declaração de guerra¹⁰. Nela expõe, em termos contundentes, toda a postura portuguesa durante este processo, que culminara com requintes provocatórios, como sejam o arriar da bandeira alemã nos navios e o hastear da bandeira nacional com a flâmula de guerra.

Assistiu-se então à formação da designada “União Sagrada”, nome dado à aliança entre o PD, de Afonso Costa e o PE, de António José de Almeida, cujos fins segundo Francisco Meneses (2010, p. 277), eram “apaziguar os republicanos e mobilizar uma força militar capaz de se bater com o Exército alemão em África e em França”. O segundo objetivo havia de ser atingido, embora com as lacunas que se conhecem, mas o primeiro quedaria incumprido. Na verdade, desde a primeira hora o PE percebeu que era o elo mais fraco desta aliança, apesar da liderança ser de António José de Almeida. As pastas mais relevantes tinham ficado para ministros do PD e a coordenação de Afonso Costa era óbvia (Telo, 2014, p. 22). Acrescia ainda à fraqueza deste Governo o facto de não ser, efetivamente, nacional, porquanto não unia todas as forças políticas. Mas a questão central continuava a ser a mesma: como levar os britânicos a aceitar uma participação militar na frente europeia?

A grande capacidade negocial e intransigência de Afonso Costa, jogando com o trunfo dos navios aprisionados, aos quais ainda não havia sido dado destino, aliado à pressão da França para que uma ou duas divisões fossem enviadas para um setor francês, faria com que a Inglaterra não pudesse mais resistir à entrada das tropas portuguesas no *front*. Após vários recuos, as negociações em Londres levam Afonso Costa a uma exigência final: teria de ser a Inglaterra, em nome da aliança, a solicitar esta participação. Esta imposição devia-se ao facto de grande parte do Exército, consciente das suas limitações, mostrar grande relutância à participação, temendo o Governo que isso se materializasse numa qualquer tomada de posição (Telo, 2014, p. 24). A decisão de incluir a

¹⁰ Ver anexo A – Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal.



força expedicionária portuguesa num setor britânico e sob o seu comando, longe de ser uma questão pacífica, revelou-se fundamental para evitar que Portugal passasse para a esfera de influência francesa, enfraquecendo a aliança.

É assim que, no início de 1917, partem os primeiros contingentes do CEP para França, dependentes, em quase tudo, do comando britânico. A situação seria agravada pelas más condições que os militares portugueses encontrariam na Flandres, pela sua fraca vontade de combater e pela resistência ativa, levada a efeito por uma grande parte dos oficiais do CEP. Todos estes fatores encontrariam a sua expressão maior na fatídica manhã de 9 de abril de 1918 (Telo, 2014, p. 26). Em La Lys, apesar do combate dado às tropas alemãs, a força portuguesa sofreu pesadas baixas e milhares de militares foram feitos prisioneiros, terminando desta forma a “tão desejada” participação, pelos guerristas de Afonso Costa. Contudo, para ele e para a União Sagrada o fim veio mais cedo, com o golpe militar de Sidónio Pais, que poria termo a um governo marcado pelas suspeitas de corrupção em relação ao destino dos navios alemães, pela comunicação tardia (17 de janeiro 1917) do destino do CEP, pelas ausências prolongadas de Afonso Costa e pelo desgaste político do próprio governo (Meneses, 2010, pp. 282-284).

A partir da Rotunda, a revolta de Sidónio levaria à demissão do governo, liderado por Norton de Matos¹¹ e à subsequente prisão de Afonso Costa. Este golpe é bem recebido pela sociedade em geral, capitalizando no descontentamento relativo à crise económica e social, provocada pela participação portuguesa na guerra (Samara, 2010, p. 371). No entanto, chegou numa altura em que a situação na frente de combate¹² e o esforço de guerra exigido pelos aliados deveriam ocupar o pensamento político. Este, contudo, estava mais voltado para a frente interna e “a guerra desapareceu das principais preocupações, substituída pelo estabelecimento da República Nova” (Meneses, 2015, p. 388). Esta realidade, associada à campanha que levaria Sidónio a percorrer de Norte a Sul o território nacional, iria refletir-se no abandono a que foram votados os militares do CEP, antes e depois de La Lys. Sidónio ia conduzindo a sua política autocrática pela força e a oposição¹³ foi crescendo e consolidando-se em torno dos republicanos. De tal modo se radicalizou, que iniciou um movimento subversivo com o apoio da União Operária Nacional. Surgem,

¹¹ Afonso Costa encontrava-se fora do país.

¹² A iminência de um ataque alemão de grande envergadura.

¹³ Essencialmente democráticos e evolucionistas, cujas críticas se prendiam com a falta de liberdades fundamentais, com a situação dos presos políticos e com a questão da participação na guerra.



então, diversas Juntas Militares e alguns comandantes militares assumem o governo militar, na manutenção da ordem pública. Assiste-se a um escalar da violência, resultando nos dois atentados à vida de Sidónio (Samara, 2010, p. 390). O segundo, a 14 de dezembro de 1918, revelar-se-ia fatal, para ele e para a própria República Nova.

Podemos, assim, constatar o clima de grande instabilidade política vivido durante o período da participação portuguesa na guerra¹⁴. Era impossível, com a alternância governativa, a atenção voltada para a frente política interna e a fragilidade dos regimes, obter unidade de esforços e conseguir conduzir a ação política de forma coerente e consequente. Este facto levou a que não se seguissem políticas ativas de apoio aos militares do CEP, em particular aos prisioneiros resultantes da Batalha de La Lys. A primeira iniciativa formal data de março de 1918, com a constituição da Comissão de Informações sobre os Prisioneiros de Guerra (SPG, 1918a). O descrédito nas instituições governamentais fica patente, nas memórias de António Dias (1920, p. 92): “Não têm tempo para se lembrar de nós – em Portugal só se pensa em revoluções e eleições”.

2.2. A participação no *front*

O pensamento político português da época confrontava-se, fundamentalmente, com três dimensões: uma visão eurocêntrica do mundo, acentuada pelo novo conflito, que contrariava a habitual matriz antieuropeia; a necessidade de proteção dos interesses colonialistas e a busca da legitimidade e aceitação interna. Estes fatores revelar-se-iam determinantes na forma como Portugal participou no conflito.

António José Telo (2013, p.1) sintetiza os condicionalismos que levaram à beligerância em cinco pontos: a fragilidade do regime republicano de recente implantação; a política do regime para com as Forças Armadas; a fragilização da relação com a Inglaterra e os perigos para o Império; os desejos da monarquia espanhola de intervir em Portugal e a rápida mudança das relações de forças no Sul da Europa.

Começamos por recuperar a questão do envio das peças de 75mm para França. Podemos considerá-lo o primeiro ato concreto, aproveitado pelo Governo, para forçar a beligerância. Este acontecimento vai colocar em evidência duas circunstâncias que permanecerão ao longo dos anos que precederam a efetiva participação portuguesa na GG:

¹⁴ Período que iria prolongar-se pelos anos 20 com os sucessivos governos que foram sendo formados e dissolvidos.



a divisão dos políticos portugueses e a divisão entre a Grã-Bretanha, que é contra a beligerância portuguesa, e a França, que a pretende instigar (Telo, 2014, p. 15)¹⁵.

Apesar de ultrapassada a questão da beligerância, a participação portuguesa na frente europeia, que era o grande objetivo dos intervencionistas, continuava em aberto. Mas, o que motivava este desejo de uma intervenção na frente ocidental?

Veremos como as teses apresentadas por Nuno Severiano Teixeira (1998, pp. 56-62) dão uma resposta cabal a esta questão e justificam os condicionalismos apresentados anteriormente. Em primeiro lugar a tese colonial, consensual na historiografia pós-guerra, que determina que a intervenção portuguesa se deveu, essencialmente, à necessidade de defender as colónias. Apesar de verdadeira, esta tese não consegue dar uma resposta à nossa pergunta: Porquê a participação na Europa? Uma segunda teoria assenta na tese europeia-peninsular, ou seja, garantir a presença portuguesa no concerto das nações e afastar o perigo da vizinha Espanha, de quem a velha aliada Inglaterra se vinha perigosamente a aproximar. Neste sentido, a beligerância portuguesa face à neutralidade espanhola, vinha responder a ambas as necessidades. No entanto, permanece por explicar a escolha da frente ocidental. Esta, apenas é justificada pela terceira tese, de ordem interna, que aborda um problema político estrutural, a consolidação e legitimação do regime. Desta forma, pretendia-se uma intervenção de larga escala que permitisse a unificação do país em torno de um esforço colossal, eliminando as fraturas e clivagens existentes (Teixeira, 2014, p. 22).

Há ainda um outro objetivo que reforça as três teses. A insistência do Governo em obter uma participação através de um convite explícito de Inglaterra. Este, servia para reforçar a aliança e, através desse fortalecimento, defendia-se a questão colonial, ao mesmo tempo que, sob o patrocínio da nossa aliada, poderíamos aspirar a um lugar no concerto das nações, mitigando a ameaça espanhola e reforçando a legitimidade do regime.

Como vimos no subcapítulo anterior, após várias mudanças de Governo, Afonso Costa consegue, com ajuda da França, garantir a participação do CEP na frente ocidental. É suscitada assim, uma outra interrogação. Qual era o estado do instrumento militar?

Em 1914, a estratégia usada pelo regime, relativamente às Forças Armadas, era a de politizá-las, desorganizá-las e destruir a sua eficácia enquanto instituição militar (Telo, 2014, p. 13). O PD via, fundamentalmente nos oficiais do Exército, uma forte oposição à

¹⁵ Sobre este tema ver Meneses (2010, p. 272) e Telo (2014, p. 18)



sua corrente intervencionista e percebeu que fomentando a divisão, teria melhores condições para prosseguir as suas políticas.

Quando, em fevereiro de 1916, se decide a constituição da Divisão de Instrução, em Tancos, o Exército, para além das divisões internas promovidas pelo regime, encontrava-se desgastado pela guerra que era travada nas duas frentes em África, conduzida com inúmeras incapacidades, improvisações e fragilidades (Afonso, 2010, p. 295). Com inúmeras dificuldades na preparação das tropas, em agosto desse ano, terminam o seu treino intensivo (Teixeira, 1998, p. 64). O “milagre de Tancos”, como lhe haveriam de chamar com algum sarcasmo, acabava de ser operado.

Após longas negociações, apesar da convenção assinada prever um efetivo de uma Divisão reforçada, a 35 mil homens, sob proposta do comandante do CEP, passa a ser composto por duas Divisões, num total de 55 mil militares.

Em novembro de 1917, o General Tamagnini de Abreu e Silva, Comandante do CEP, assume a inteira responsabilidade do designado setor português da frente ocidental, onde desde julho as forças já se encontravam, mas ainda sob a supervisão e comando dos britânicos.

Nos primeiros 13 meses de combate as linhas defensivas portuguesas, sofreram 63 ações diretas das forças alemãs e cerca de 20 bombardeamentos, que se traduziram em 627 baixas para o CEP, das quais 107 mortos, 358 feridos e 162 prisioneiros (Teixeira, 1998, p. 66). Mas a frieza dos números representaria uma realidade incomensuravelmente mais cruel após a Batalha de La Lys.

Não é objetivo deste trabalho analisar esta batalha, nem as circunstâncias em que ela foi travada, nem sequer avaliar a prestação das tropas do CEP. Interessa-nos, sobretudo, no âmbito deste estudo e olhando à estimativa¹⁶ de baixas, apresentada por Severiano Teixeira (1998, p. 68), compreender a dimensão do problema com que se debateram as entidades responsáveis, de um dia para o outro. Referimo-nos a 1341 mortos; 4626 feridos; 1932 desaparecidos e 7740 PG.

2.3. O apoio do Estado

Quando Portugal recebeu a notícia da declaração de guerra da Alemanha à Inglaterra, em agosto de 1914, iniciou-se um novo ciclo em matéria de consolidação da economia. Foi

¹⁶ O próprio autor adverte para a reserva necessária, que os números nos devem merecer, porquanto a tarefa de os determinar com exatidão torna-se difícil, perante as diversas fontes de consulta.



necessário redefinir o próprio papel do Estado na direção, organização e gestão da atividade económica (Pires, 2010, p. 320). A entrada de Portugal na guerra, em particular a sua participação na frente europeia, viria a tornar ainda mais relevante esta questão.

A situação financeira do país, a carência de recursos e o crescente descontentamento da população, com a forte contestação da classe operária, impunham aos sucessivos governos, em particular ao de Afonso Costa, responsabilidades acrescidas no que respeita às políticas económicas. Houve necessidade de criar novos organismos e adotar algumas medidas drásticas, de que é exemplo a mobilização agrícola¹⁷, decretada pelo Governo em 1917 (Pires, 2010, p. 337). Mas estas medidas chegavam tarde e só se agravariam com o aumento das necessidades de apoio, à medida que a nossa participação se prolongava.

O quadro económico traçado, associado ao contexto político caracterizado anteriormente, leva-nos a concluir que a capacidade do Estado de reagir a situações inopinadas e adversas, como foi o resultado da Batalha de La Lys, encontrava-se fortemente degradada.

No entanto, o Estado também não soube ter a capacidade organizativa que lhe permitiria superar estas dificuldades. O delegado do Serviço de Prisioneiros de Guerra (SPG), Major João António Pestana de Vasconcellos, só havia de ser nomeado em outubro de 1918, na sequência da publicação do decreto 4:053 do Ministério da Guerra, ironicamente, a 8 de abril de 1918¹⁸, véspera da batalha. Parte para a Suíça em outubro do ano seguinte para se inteirar da situação dos militares prisioneiros, junto do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, organização criada em fevereiro de 1917. Assistimos, assim, ao surgimento desta e outras instituições cívicas, que nos dedicaremos a caracterizar no capítulo seguinte.

¹⁷ Impunha o fácil acesso a sementes, máquinas e motores, a promoção da cultura dos baldios e a instituição de prémios aos agricultores.

¹⁸ É criada uma comissão com delegados do Ministério da Guerra, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Colónias e da Sociedade da Cruz Vermelha, para atender às questões relativas aos prisioneiros inimigos capturados e aos nossos PG. Ver anexo B – Decreto 4:053, de 20 de março de 1918.



3. Saúde e Fraternidade

3.1. As Instituições Cívicas em Portugal

A 10 de abril de 1916 a publicação *Ilustração Portuguesa* dava conta de um movimento que começava a surgir em Portugal: “As lições de heroísmo e de abnegação que tem dado ao mundo a mulher franceza, começam a frutificar entre nós. Na previsão de vir a converter-se em factos militares o estado de guerra até agora limitado, para Portugal, a factos diplomáticos, as mulheres portuguesas principiam a organizar-se” (Dantas, 1916, p. 449). Nesta crónica, o autor referia-se a várias organizações femininas criadas ou reorganizadas por esta altura, na sequência da previsão da entrada na guerra.

Uma das mais destacadas foi a Cruzada das Mulheres Portuguezas (CMP), presidida pela mulher do, então PR Bernardino Machado, Elzira Dantas Machado, tendo sido criada a 20 de março de 1916 (CMP, 1917, p. 2). Esta instituição teve como antecessora a Comissão Feminina “Pela Pátria”, criada logo em 1914, mantendo os seus princípios orientadores. Era liderada pelas mulheres dos mais altos dignatários da nação em relação às quais, como refere Isabel Lousada, “bastariam somente estes apelidos para compreender a amplitude que o movimento nascente conquistara por entre os seus pares masculinos, capazes de reforçar as estratégias e os objectivos a atingir” (Lousada, 2011, p. 669).

A CMP era constituída por nove comissões, das quais destacamos a de assistência às mulheres e aos filhos dos mobilizados em campanha e a comissão de assistência aos militares mobilizados (Camm). A esta última, liderada por Ester Norton de Matos, competia-lhe: “Organizar a assistência aos mobilizados, fornecendo-lhes roupas, agasalhos, etc; estabelecer a comunicação deles com as famílias por intermédio do correio ou por outra qualquer forma; proteger e auxiliar os doentes e empregar os mutilados, criando asilos onde adquiram profissão compatível com o seu estado, auxiliando a colocação das suas mulheres e filhos” (CMP, 1917, p. 4).

A obra da CMP não se esgotou com a angariação de roupas e donativos para distribuir aos militares, inicialmente aos que combatiam nas colónias e posteriormente aos soldados do CEP¹⁹. Em França, foram responsáveis pela criação do Hospital Militar de Hendaia e em Portugal criaram os primeiros cursos de enfermagem laica²⁰, preparando

¹⁹Inicialmente prestaram apoio aos portugueses alistados voluntariamente em França, nomeadamente na *Légion Étrangère* (CMP, 1917, p.8).

²⁰A enfermagem estava entregue às organizações religiosas.



enfermeiras para servir na frente de combate. Cumpriram, desta forma, um “desiderato senão maçónico²¹, pelo menos para-maçónico, visando descristianizar a actividade ligada aos cuidados com enfermos” (Lousada, 2011, p. 674).

Com subcomissões espalhadas pelo país, a CAMM conseguia angariar muitos donativos, alguns deles mais generosos, de que é exemplo o da Comissão “Pró Pátria” do Brasil, através de diversas iniciativas e de inúmeros apelos divulgados na imprensa²². É importante relevar, que a CMP tinha uma comissão de propaganda e organização de trabalhos bastante ativa. A esta comissão competia: “Fazer pela imprensa periódica, por conferências, publicações e todos os meios ao seu alcance a maior propaganda da Cruzada; organizar as sub-comissões nacionais e estrangeiras, e estar em comunicação directa com elas e auxiliar as outras comissões quando esse auxílio lhe for solicitado e obter directamente das mesmas comissões todos os esclarecimentos necessários para efeitos de propaganda” (CMP, 1917, p. 671).

No que se refere ao apoio aos prisioneiros, a CMP garantiu o apoio com o envio de donativos, roupa, agasalhos, tabaco, jornais e livros que encaminhavam, inicialmente através da SPCV e posteriormente enviando as encomendas para o Comité de Socorros, que as fazia chegar ao seu destino. As Madrinhas de Guerra, instituição criada pela Cruzada, desempenharam também um papel fundamental, tratando de mitigar a saudade e animar os militares presos, escrevendo-lhes cartas (Mariano, 2012, p. 535), algumas delas compiladas na obra do Tenente Afonso do Paço (1929). Pelos serviços prestados a Portugal, havia a CMP de ser condecorada, a 14 de maio de 1918, com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito.

Outra organização que se destacou foi a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses (CPPGP). As mulheres voltam a assumir uma posição de destaque e liderança, desta vez, por força da ligação familiar. Lívia Magalhães Coutinho Fachada, mulher do alferes equiparado do serviço postal João Augusto Fachada, escreve uma carta ao jornal *O Século*, onde mostra a sua grande preocupação pela forma como o marido está a ser tratado. Dirige-se a todas “mães, esposas e irmãs”, solicitando que se reunissem “quanto antes [...] para estudarem a melhor maneira de representar superiormente sobre a

²¹Algumas das dirigentes da CMP militavam em lojas maçónicas e na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

²²Ver anexo D – Exemplo de um apelo da CMP ao apoio aos militares mobilizados.



permuta de uns, o internamento, em país neutro, daqueles que se encontram feridos ou doentes, em suma, sobre os meios possíveis de suavizar a sorte de todos os nossos infelizes irmãos combatentes e não combatentes, em poder dos alemães, que são incapazes de corresponderem aos sentimentos humanitários, às grandes deferências mesmo com que tratamos os seus internados” (Mariano, 2012, p. 536).

A organização que viria a ser criada, encontra na direção deste jornal, em particular no espaço do suplemento semanal *Ilustração Portuguesa*, uma plataforma de apoio essencial²³. É nas instalações desta revista que se realiza a primeira reunião da Comissão, a 13 de junho de 1918, à qual afluem muitas mães, mulheres, irmãs e filhas de prisioneiros portugueses. Nesta reunião foi criada uma comissão para atender exclusivamente às questões dos PG, organizada em quatro secções: Oficiais, Civis, Sargentos e Cabos e Soldados. Ficou decidido, nesse dia, que a primeira iniciativa seria endereçar ao PR uma missiva, solicitando-lhe que cuidasse do repatriamento dos prisioneiros, fosse por troca ou através do internamento em país neutro, caso não estivessem em condições de saúde para realizar a viagem (Mariano, 2012, p. 537).

A Comissão organiza-se, então, em três grupos: a direção especial dos serviços; a propaganda e o serviço de informações. Lívia Fachada, numa segunda reunião, propõe as prioridades para o desenvolvimento do trabalho da CPPGP: solicitar ao Secretário de Estado da Guerra que as famílias continuassem a receber o vencimento por inteiro e que o mesmo pudesse diligenciar para que se fizesse chegar aos prisioneiros esse dinheiro, bem como as roupas que se encontravam armazenadas na comissão de beneficência dos prisioneiros.

À semelhança da CMP o trabalho desta Comissão era, fundamentalmente, a angariação de donativos e bens, através da realização de iniciativas de carácter cultural, como festas, saraus, quermesses ou bailes. A ajuda recolhida era depois enviada através da SPCV.

No dia 13 de agosto de 1918, o Presidente Sidónio Pais recebe a Comissão, mostrando, como relata *O Século* desse dia, “vivo e sincero interesse” pelas pretensões das famílias dos militares detidos “a favor dos que preferiam mil vezes ter sacrificado a sua vida à Pátria a caírem vivos nas mãos do inimigo” (Mariano, 2012, p. 537). Mais tarde,

²³ Este Jornal já tinha vindo a desenvolver inúmeras iniciativas de recolha de roupa e agasalhos que enviava ao CEP. Ver anexo E – Apoio do Jornal O Século.



como Fátima Mariano nos refere no mesmo artigo, foram também recebidas pelo Secretário de Estado de Guerra que lhes prometeu “tomar as necessárias providências para que não se desse novos motivos a reclamações desta natureza e se reparasse o que estava feito”.

Fica mais uma vez patente o papel desempenhado por estas instituições, substituindo-se ao Estado e suprimindo a falta de apoio por este prestado. Desta realidade dava conta a *Ilustração Portuguesa*, no seu número de 23 de setembro de 1918: “Que conste, além das diligências da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, que teem sido incansáveis no desempenho da missão a que se propuseram, tendo já conseguido apreciáveis auxílios (...) [aos] nossos irmãos cativos na Alemanha, cousa alguma mais se fez. As instâncias oficiais continuam parecendo alheias à sua situação”.

Uma instituição à qual já aludimos e cujo papel aparece permanentemente referenciado é a SPCV, antecessora da Cruz Vermelha Portuguesa. Esta foi uma das organizações que permitiu que a ajuda chegasse aos soldados, em particular aos prisioneiros, através da sua ligação à Agência Internacional dos Prisioneiros de Guerra do Comité Internacional da Cruz Vermelha, entidade que reconheceu a SPCV a 13 de julho de 1887.

A SPCV teve ainda um desempenho determinante no que respeita ao apoio na saúde dos militares do CEP – a obra das damas enfermeiras auxiliares²⁴. Através dos cursos ministrados, sob a égide da CMP, e após um rigoroso processo de seleção, estas enfermeiras eram graduadas em alferes e enviadas para França. Prestaram serviço no Hospital de Ambleteuse²⁵, construído de raiz com o apoio da Cruz Vermelha Britânica e da Americana, após servirem no Hospital de Base Nº1.

O serviço destas mulheres não se esgotou nos hospitais da retaguarda. Em junho de 1918, 12 destas enfermeiras desvinculavam-se da SPCV, solicitando ao CEP a sua incorporação. Seguiram, assim, para a frente de combate prestando serviço no Hospital de Sangue Nº8, em Herbelles, as primeiras enfermeiras militares (Lousada, 2011, p. 679) (IHC, 2012).

²⁴ Ver anexo F – Damas Enfermeiras Auxiliares.

²⁵ Viria a ser o Hospital de Base Nº2.



Referimos, ainda, uma outra organização, o Triângulo Vermelho Português (TVP), pertencente à União Cristã da Mocidade Portuguesa, criada no Porto em 1894 como ramo português da *Young Men's Christian Association* (YMCA)²⁶. Destacou-se pela assistência prestada no decorrer da GG, nomeadamente ao CEP. As atividades foram lideradas por Alfredo Henrique da Silva, que, em 1916, é autorizado pelo PR a colocar em funcionamento o TVP, em França²⁷ e Portugal. É instalado um centro de informações com cantina e dormitório, destinados aos soldados portugueses em trânsito e o restante apoio era feito através do envio de géneros e encomendas (Henriques, 2005, pp. 101-102).

As instituições analisadas tiveram um papel relevante, não só na angariação de fundos e na recolha de bens necessários, mas também na proeminente ação que desenvolveram no apoio às famílias dos combatentes portugueses e aos próprios soldados prisioneiros, mutilados e doentes, durante a guerra e após o seu regresso. Não obstante, as suas iniciativas e o grande empenho que dedicavam a estas tarefas, nem sempre viam cumprido o seu propósito. A chegada aos destinatários das encomendas, dos agasalhos, do dinheiro e de tudo o mais que lhes faltava, principalmente aos prisioneiros, era difícil de assegurar. Houve, no entanto, duas instituições que nesse processo desempenharam um papel fulcral, garantindo com grande esforço que todo o trabalho realizado em Portugal era concretizado na frente de combate, na Flandres, ou nos campos de prisioneiros na Alemanha. São essas instituições, uma de carácter cívico e outra, criada no seio dos militares prisioneiros, que iremos seguidamente analisar, procurando relevar o seu carácter determinante no apoio aos soldados.

3.2. O Comité Português de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra

A situação geográfica da Suíça e, bem assim, a sua neutralidade durante a GG, assumem grande relevância nas circunstâncias que conduziram à criação do Comité.

Bartolomeu Ferreira, embaixador de Portugal em Berna a partir de setembro de 1916, na sequência de duas abordagens que lhe são feitas com vista à criação de um comité de auxílio aos prisioneiros portugueses, decide-se a envolver toda a comunidade portuguesa

²⁶ O Triângulo Vermelho representa a insígnia das Associações Cristãs da Mocidade, organização internacional de formação evangélica que se guia por princípios de desenvolvimento físico, de instrução e de aperfeiçoamento moral da juventude

²⁷ Ver anexo G – Sede do Triângulo Vermelho Português em Paris.



na Suíça, na sua constituição. Como o próprio refere²⁸, desaparecia assim “o privilégio da ideia inicial, se esta proviesse de uma só pessoa ou grupo de pessoas” (LCGG, 1934, p. 36).

A primeira pessoa que o aborda sobre esta questão é o Cônsul em Berna, Oscar de Wateville, fundador da associação *Pietas*, dependente da Cruz Vermelha Internacional, estabelecida para auxílio aos PG, independentemente da sua nacionalidade. Esta organização encontrava-se já instalada e em pleno funcionamento, motivos que levam Bartolomeu Ferreira a não aderir imediatamente à ideia da criação de um comité, uma vez que poderiam dispor, em primeira instância, dos serviços dessa mesma *Pietas*. É importante recordar que os primeiros prisioneiros portugueses registam-se no final de 1916 e em número reduzido²⁹. Surge, então, um outro contacto no início de 1917³⁰, através de uma carta endereçada ao embaixador por um grupo de ilustres concidadãos residentes em Lausanne, apelando à constituição de um comité de socorros aos prisioneiros (LCGG, 1934, pp. 36-37).

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1917, no Hotel Richemont em Lausanne, reúnem-se os elementos que haveriam de constituir o Comité de Socorros³¹ para formalizar a sua fundação. Foi, desde logo, sugerido por Bartolomeu Ferreira que este Comité se apoiasse na associação *Pietas*, que ficaria encarregue do serviço de fornecimento dos bens alimentares e outros aos prisioneiros portugueses (Pietas, 1917, p. 7). Fundou-se a Secção Portuguesa desta associação, tendo-se concentrado a sua ação, a partir deste dia, exclusivamente no apoio aos PG portugueses (LCGG, 1934, p. 38).

Foi constituída uma comissão organizadora e de propaganda que, numa segunda sessão, realizada no dia 24 do mesmo mês, cria uma subcomissão executiva, encarregada de todo o procedimento administrativo, incluindo a tesouraria. São organizados também dois serviços, um de expedição, destinado à preparação dos pacotes de ajuda a enviar aos prisioneiros e outro de informações (Pietas, 1917, p. 9). O apoio da Condessa de Penha Garcia, mulher de um dos membros do Comité e encarregada da seção portuguesa de Cruz Vermelha Internacional em Genebra, revelou-se essencial, pois permitia a atualização

²⁸ No seu discurso na sessão de 12 de abril de 1934, por ocasião da homenagem aos membros do Comité de Lausanne.

²⁹ São, na sua maioria, tripulantes portugueses de vapores britânicos afundados ou capturados pelo navio da frota imperial alemã SMS MÖWE.

³⁰ Na sequência do envio dos primeiros contingentes do CEP.

³¹ Ver anexo H – Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra.



permanente das listas de prisioneiros e dos respectivos campos de internamento, através da Agência Internacional dos Prisioneiros de Guerra (LCGG, 1934, p. 39).

Os primeiros prisioneiros a quem o Comité acorreu foram, como já vimos, civis. Tripulantes de navios capturados no Atlântico, ou estudantes e professores que viviam na Alemanha e que aí foram surpreendidos pela declaração de guerra de 9 de março de 1916. Um dos que teve maior destaque na imprensa nacional, foi o professor de piano Hernâni Torres, que lecionava no conservatório de Leipzig. A sua mãe, Leopoldina Torres, escrevia ao comité a agradecer o envio de um postal que havia sido remetido pelo filho, solicitando o envio de pão para o campo de Holzminden (Pietas, 1917, p. 13). Deste facto dava conta a *Ilustração Portuguesa* de 3 de junho de 1918, referindo que o notável professor cujo “nome era considerado e gosava de uma justa fama sendo os seus concertos aplaudidos entusiasticamente (...) foi internado n'um campo de prisioneiros, apoz a declaração de guerra”³².

A ajuda remetida aos prisioneiros era constituída por um pacote de víveres enviado a cada 15 dias com 3 a 5 kg de artigos variados³³ e, semanalmente, por um pacote com 2 kg de pão. Dentro de cada pacote enviavam ainda um postal com o endereço do Comité, que estava pronto a ser expedido, solicitando aos prisioneiros que acusassem a receção da ajuda e dessem informação acerca do campo onde se encontravam (Pietas, 1917, p. 19).

A atividade do comité decorria com regularidade, havendo necessidade de angariação de fundos que permitissem manter o fluxo da ajuda, que aumentava de mês para mês. Para tal, foi organizado um grande evento cultural com diversas atividades, do canto à dança, passando pelo leilão de obras de arte. Essa *Grande Soirée de Gala*, como foi designada, teve grande impacto na imprensa suíça e permitiu angariar uma avultada soma que garantia a continuidade do apoio. No que respeitava à recolha e envio de vestuário e agasalhos, tão necessários para fazer face ao rigor do clima alemão, contaram com a colaboração da Grande Comissão Portuguesa Pró Pátria, do Rio de Janeiro (Pietas, 1917, pp. 25-27).

O primeiro período de existência do Comité, que o mesmo define como sendo de fevereiro a dezembro de 1917, foi um período “desafogado e tranquilo”, como refere o segundo boletim publicado em 1919, no qual os recursos davam amplamente para os

³² Ver anexo I – Professor Hernâni Torres

³³ Podemos encontrar vários exemplos da composição dos pacotes enviados no Boletim do Comité (1917).



encargos (Pietas, 1919, p. 5). No entanto a escassez alimentar que começava a grassar por toda a Europa e, em particular, na Suíça começava a ameaçar a sustentabilidade da obra do Comité.

Através de vários esforços diplomáticos, desenvolvidos pela própria legação portuguesa em Berna, foi possível manter o contingente de exportação destinado ao Comité, numa altura em que o governo suíço o restringia ao mínimo. Contudo, em março de 1918 é anunciada a cessação de toda a exportação para a Alemanha, numa altura em que o Comité ainda não tinha conseguido a autorização para a importação de víveres de outros países. Esta situação seria desbloqueada pela França, de quem passam a receber 20 Kg de víveres mensalmente, para enviar a cada prisioneiro (Pietas, 1919, p. 9).

A capacidade de apoio começava a degradar-se e, como que premonitoriamente, dia 4 de abril o Comité decide enviar um ofício ao MNE, no qual se expõe o “nenhum auxílio que [o Comité] tem recebido não só das instituições oficiais mas ainda das agremiações de caridade similares de Portugal” (CSMCPPG, 1918a) e a grande carência em que vivem os prisioneiros portugueses nos campos da Alemanha. É ainda apresentada uma outra restrição a que o Comité é alheio. O facto de a Suíça proibir a exportação de tecidos, roupas e calçado, exceto as que entrem pelo país em trânsito, destinadas a serem exportadas para os campos de prisioneiros.

É neste contexto que o Comité vem solicitar ao ministro que “o Governo Portuguez ponha à disposição do mesmo (...) os artigos de vestuário acima especificados” (CSMCPPG, 1918b).

Com as restrições impostas e a estagnação em termo de receitas, os acontecimentos de 9 de abril viriam testar a capacidade de resistência e perseverança de todos os membros do Comité. O enorme aumento de prisioneiros, iria obrigar a uma reorganização interna, uma vez que as atividades tinham ganho uma nova escala, quer no envio de víveres, quer na expedição de correspondência³⁴ (Pietas, 1919, p. 11).

O Comité sente, então, a obrigação de confrontar novamente o Estado com a necessidade de apoio urgente à causa, que era de todos os portugueses, de continuar a mitigar o sofrimento daqueles que na Alemanha suportavam o cativeiro. Já nos referimos à falta de capacidade organizativa do governo português, apesar de termos demonstrado as

³⁴ O boletim apresenta vários exemplos demonstrativos deste aumento de correspondência. No que respeita às cartas em trânsito dos prisioneiros para as famílias, em abril de 1918 apresentavam o número de 97, valor que contrasta com as 1326 que se registavam em novembro do mesmo ano.



difíceis condições sociais, económicas e políticas com que este se confrontava. Neste contexto, através do esforço do embaixador de Portugal em Londres³⁵ e dos efeitos produzidos por uma conferência proferida pelo Conde de Penha Garcia, onde ficou demonstrado o importante papel que o Comité de Socorros desempenhava, o Estado decide-se a apoiar esta obra. O MNE, Joaquim Espírito Santo Lima, envia ao Comité uma verba considerável³⁶, que permitiu “aumentar eficazmente a remessa de pacotes de víveres, chegando a remeter 7.296 pacotes no mês de agosto de 1918” (Pietas, 1919, p. 13). O número total de pacotes enviados haveria de cifrar-se em 26.384 (Pietas, 1919, p. 33), até novembro de 1918.

O Comité, apesar da ajuda do Estado e das outras instituições, cujo contributo se encontra reconhecido nas páginas do *Boletim*, continua a debater-se com grandes dificuldades em obter os víveres, mantendo a dependência em relação aos abastecimentos vindo de França. Esta situação manter-se-á até à chegada do delegado do Governo para o SPG, Pestana de Vasconcellos, em outubro de 1918. Logo que chega, o Major Vasconcellos envia uma primeira circular ao Comité, no dia 14, dando nota da sua nomeação e solicitando o envio da correspondência que considerassem necessária ao desempenho da sua função (Vasconcellos, 1918a). Dias depois, solicita um relatório que lhe permitisse inteirar-se da situação e conhecer o apoio realizado até à data.

Logo que o delegado do Governo se acha na posse da informação suficiente, envia um ofício ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros reportando a situação. Dias antes do armistício, a 4 de novembro, Pestana de Vasconcellos antecipa o regresso dos prisioneiros, alertando para o “mau estado de saude physica e moral” em que estes deveriam chegar a Portugal (Vasconcellos, 1918b). O processo de repatriamento revelar-se-ia moroso e complexo, tendo-se efetivado apenas durante o mês de dezembro.

A chegada do delegado do governo à Suíça tardou, mas foi bastante profícua. O seu dinamismo, que transparece no enorme volume de correspondência trocada com o Comité e o Governo, bem como nas inúmeras iniciativas relatadas na mesma, levam-nos a concluir que desempenhou um papel relevante no apoio aos prisioneiros. É o próprio Comité que disso dá conta, referindo que encontraram sempre no Major Pestana de Vasconcellos “o maior apoio para a obra de socorro aos nossos compatriotas” (Pietas, 1919, p. 20).

³⁵ O embaixador solicita ao PR, Sidónio Pais, que subsidie o Comité.

³⁶ As importâncias de 18.000 e de 60.000 francos suíços. O *Boletim* refere ainda que por ocasião da criação do Comité, o ministro, à data, Augusto Soares, tinha enviado 2.000 francos suíços.



Da mesma forma, o Comité, que estaria em funcionamento até 19 de março de 1919, sentiu a necessidade de destacar o auxílio prestado pela Comissão Central de Assistência aos Prisioneiros de Guerra, referindo a permanente ligação entre os dois que permitiu “a distribuição mais ampla de socorros aos nossos prisioneiros na Alemanha”, salientando a liderança do Presidente da Comissão, o então Tenente-Coronel João Carlos Craveiro Lopes (Pietas, 1919, p. 19).

É esta Comissão, nascida no seio dos prisioneiros e do génio de Craveiro Lopes, que analisaremos no próximo subcapítulo.

3.3. A Comissão de Assistência aos Prisioneiros de Guerra Portugueses

A fortaleza da cidade francesa de Lille foi o primeiro local onde ficaram cativos os oficiais portugueses, na sequência da sua captura após a batalha de La Lys. Para trás ficava uma marcha de aproximadamente 40 km, ao longo de dois dias, com paragem em Illies, Quartel General (QG) da Divisão Alemã e pernoita em Salomé e Carvin, num acampamento para prisioneiros. As refeições limitavam-se a pão escuro³⁷ e chouriço, de madrugada, e uma “cevadinha com pequenos pedaços de carne, difícil de diagnosticar” (Lourinho, 1980, p. 12), ao almoço.

No dia 13 de abril, embarcaram os prisioneiros num comboio com destino a Karlsruhe³⁸, onde haveriam de chegar pelas 13 horas do dia 15. O Tenente-Coronel Craveiro Lopes relata no seu diário que, tendo sido comunicado por um sargento que não havia lugar no campo desta localidade, embarcaram de novo num outro comboio e regressaram à última estação que tinham passado – Rastatt (Craveiro Lopes, 1918a). Os oficiais superiores foram, então, conduzidos a uma fortaleza, que servia de campo de trânsito, onde se juntaram a oficiais ingleses e franceses.

Em Rastatt, ao contactarem com os franceses que se encontravam já organizados, o que “lhes permitia suportar já com um certo humor a situação de prisioneiros” (Lourinho, 1980, p. 13), começaram a perceber que teriam de criar uma qualquer estrutura que lhes permitisse enfrentar melhor o período de cativeiro.

O cansaço acumulado, as medidas vexatórias a que eram sujeitos, como as desinfestações e ações depilatórias em grupo, mas, sobretudo, a escassez desesperante de alimentação, levam Craveiro Lopes a tomar uma decisão. No dia 7 de junho, após dois

³⁷ Ver anexo J – Esboço do Tenente-Coronel Craveiro Lopes demonstrando a ração de pão.

³⁸ Ver anexo K – Mapa do itinerário percorrido pelos oficiais prisioneiros.



meses de cativeiro, fustigado pela fome que o levava a afirmar que mesmo estando “deitado durante 15 horas (...) ao menor esforço sinto-me fraquíssimo” (Craveiro Lopes, 1918a), decide propor aos outros oficiais a nomeação de uma comissão, formada por um oficial superior, um capitão e um oficial subalterno que deveria, desde logo, pedir ao governo português que “regulasse as nossas situações e tratasse dos nossos futuros”. Nomeadamente, a entrega dos vencimentos às famílias para que pudessem enviar para os prisioneiros as mesmas quantias que recebiam em França.

Foram eleitos os seguintes oficiais: Tenente-Coronel Craveiro João Carlos Lopes, como presidente; o Capitão Bento Esteves Roma, como tesoureiro; o Tenente Médico Manuel Hermenegildo Lourinho, como secretário; e como vogais, o Alferes Felismino Augusto da Fonseca Araújo e o Tenente João Ribeiro Gomes (Craveiro Lopes, 1918a) (Lourinho, 1980, p. 16). Nesse dia, foi lida uma comunicação a todos os oficiais dando conta da criação da comissão de assistência aos prisioneiros militares portugueses.

A criação da comissão, autorizada e reconhecida pelo comando alemão a 19 de junho, tinha por objetivo possibilitar a apresentação de reclamações junto deste e de organizar a vida interna, de forma a mitigar a degradação moral e física dos prisioneiros. A comissão fez questão, desde a primeira hora, que a sua ação se pudesse estender a sargentos, cabos e soldados internados noutros campos, algo que, apesar dos permanentes esforços, não foi cabalmente atingido.

Numa primeira abordagem ao comando alemão, para além da melhoria da alimentação, foi também apresentado um pedido para que os prisioneiros fossem transferidos para um campo definitivo, onde pudessem ter melhores condições. O comando rejeitou ambas as reivindicações, autorizando no entanto a comissão a dirigir uma carta à Cruz Vermelha e ao Comité de Socorros, a solicitar auxílio (Craveiro Lopes, 1918a).

No dia 4 de julho iniciaram a viagem de comboio com destino ao campo de Breesen, em Mecklemburgo, onde haveriam de ficar permanentemente instalados. Chegaram no dia 6 e, nesse mesmo dia, tal como Craveiro Lopes tinha assumido em Rastatt, convocou uma reunião com todos os prisioneiros portugueses onde apresentou o seu pedido de demissão, para que pudessem ser eleitos livremente os membros da comissão (Craveiro Lopes, 1918a). Na reunião presidida pelo oficial mais antigo, o Coronel Felisberto Pedrosa, compareceram 263 oficiais e, depois de apresentados os trabalhos que a comissão tinha desenvolvido, fez-se nova votação, tendo a comissão sido reeleita (Lourinho, 1980, p. 18).



As iniciativas a que a comissão se propunha excediam a capacidade dos cinco membros da comissão central, surgindo assim a necessidade de nomear subcomissões³⁹. Foram criadas as seguintes: Instrução; Biblioteca; Rancho; Cantina; Serviço Postal e Recreio. Uma vez organizados, era necessário passar à ação. A primeira diligência foi dirigir missivas a todas as sociedades de socorros que conheciam, tendo sido enviadas 32⁴⁰ cartas em quatro dias. Procuraram ainda estabelecer contacto com os campos onde se encontravam os sargentos e os soldados portugueses. Manuel Lourinho (1980, p. 20) refere que todas as organizações manifestaram o seu apoio e preocupação, mas de entre elas, “distinguiu-se pelo carinho, sentido humano e efetivo trabalho o *Comité de Secours aux Militaires et Civils Portugais Prisonniers de Guerre en Allemagne*”. O Tenente médico realça ainda a falta de colaboração das entidades inglesas contactadas de quem nunca terão recebido “o mais insignificante auxílio material ou moral”.

O Tenente-Coronel Craveiro Lopes perseverava na sua missão de melhorar as condições dos seus camaradas e compatriotas, promovendo várias reuniões com o comandante do campo, tendo começado logo no dia 9 de julho, dia em que foi apresentar cumprimentos ao Major alemão. Apelou à melhoria da alimentação, mas esta estava racionada e faltava aos próprios alemães, o que levava o comandante a autorizar apenas que se fizessem culturas em faixas de terreno a distribuir. Solicitou maior celeridade e abertura no que respeitava à correspondência, principalmente a que era trocada com as instituições de socorro, assunto para o qual o responsável do campo se mostrou sensível. Requereu que fossem pagos os vencimentos devidos a todos os oficiais, conseguindo que nesse dia fosse pago o primeiro. Por fim, pediu ao comandante alemão instalações que permitissem desenvolver atividades culturais e de lazer, bem como paramentos e alfaias religiosas, para que pudessem assistir à missa, atividade à qual o oficial português não faltava (Lourinho, 1980, p. 21).

Apesar do desânimo manifestado na primeira reunião, de onde o Tenente-Coronel Craveiro Lopes sai com a sensação de que “pouco ou nada conseguiu” (Craveiro Lopes, 1918a), todas estas concessões ele foi conquistando com o seu espírito de serviço e a sua grande humanidade. Estas qualidades são particularmente evidentes na sua preocupação em alargar os serviços de assistência aos soldados e sargentos. A 14 de outubro, dia em que

³⁹ Ver anexo L – Constituição da Comissão de assistência aos prisioneiros militares portugueses.

⁴⁰ Foram maioritariamente contactadas instituições internacionais: suíças, francesas, inglesas, dinamarquesas, norueguesas, belgas e holandesas.



foram recebidos no campo 33 soldados, destinados a executar as faxinas, até então feitas por militares franceses, é mandado redigir um ofício, destinado ao Comité de Socorros, com a lista dos nomes e moradas dos soldados, solicitando apoio para estes e pedindo que fossem avisadas as suas famílias do seu paradeiro e condição (Lourinho, 1980, p. 23). Infelizmente, o comando alemão não permitiu que fosse expedido, tendo a comissão continuado a prestar a assistência necessária aos soldados.

No campo de Breesen, apesar das insistências, a alimentação continuava fraca em qualidade e quantidade. As encomendas enviadas, a título coletivo, pelo comité, fossem provenientes do mesmo ou enviadas de Portugal para a Suíça, perfaziam em final de agosto a quantia de 5800 pacotes. Esta informação consta do documento nº 10 do arquivo da comissão, onde se apresenta uma tabela com as várias entregas efetuadas (Lourinho, 1980, p. 36). Nela inserem-se ainda, as encomendas vindas de Inglaterra, apenas quatro e de França, 77. O papel do comité foi uma vez mais evidenciado por Lourinho (1980, p. 37) que refere que este “desempenhou um papel de orientação de socorros e auxílio directo que nunca será demais salientar”.

A vida no campo de Breesen prosseguiu lenta e inexorável, atenuada apenas pela orientação e organização dada pela comissão e o incansável apoio do comité de Lausanne. As concessões da *komandatur*, designação do comando alemão do campo, iam sendo feitas. Organizaram-se conferências, tertúlias e récitas, a celebração de missa tornou-se uma realidade e, a partir de julho, os oficiais portugueses foram autorizados a fazer saídas do campo a cada 15 dias, sob escolta de um graduado (Lourinho, 1980, p. 70).

Após a notícia da assinatura do armistício pela Alemanha⁴¹, a vida em Breesen mudou radicalmente. Apesar de algumas restrições, impostas pela *komandatur* que ainda governava o campo, não havia outra opção que não a de aumentar as liberdades concedidas aos prisioneiros portugueses. No entanto, o impasse criado pela permanência do *status quo* e a demora no início do repatriamento, leva muitos oficiais a optar pela fuga. O Tenente-Coronel Craveiro Lopes não é um deles, embora para ele, conforme escreve no seu diário, o cativeiro terminara no dia 8 de dezembro. Nesta data, “como nada se soubesse do (nosso) repatriamento” (Craveiro Lopes, 1918a), o Presidente da Comissão, por decisão tomada em

⁴¹ Refere Craveiro Lopes no seu diário, a 11 de novembro: “A alegria que se manifestou não se pode descrever. Chorei de alegria!” (Craveiro Lopes, 1918)



assembleia geral, dirige-se a Berlim para ele próprio tratar do assunto. A comissão viria, assim, a superintender o repatriamento, tema que abordaremos no próximo capítulo.

Os factos acima mencionados reportam-se a meados de dezembro. Contudo, foi em assembleia geral, no dia um desse mês, que o Tenente-Coronel Craveiro Lopes encerrava oficialmente os trabalhos da comissão, apresentando as contas respetivas a todos os oficiais presentes.

Estamos agora em condições de compreender de que forma se articularam todos estes atores no socorro aos prisioneiros, procurando perceber o seu alcance e eficácia.



4. O Apoio

4.1. O Estatuto Jurídico

No final do século XIX, o médico Henri Dunant, após uma viagem a Itália onde testemunhou algumas atrocidades na Batalha de Solferino, escreveu o livro *Un souvenir de Solferino*. Nesta obra, o autor suscitava uma questão que viria a lançar as bases para a elaboração de uma norma ou convenção internacional (Direito Internacional Humanitário) e para a criação de uma sociedade de socorros a feridos (Cruz Vermelha). Escreve Dunant: “(...) não seria desejável que pudéssemos beneficiar de uma espécie de congresso que formulasse um princípio internacional, convencionado e sagrado, o qual, uma vez acordado e ratificado, serviria de base para uma Sociedade de socorros a feridos, em todos os diversos países da Europa?”⁴² (Dunant, 1990, p. 124).

As questões relativas aos PG enquadram-se juridicamente, quer nas Convenções de Genebra (1864 e 1906), uma vez que dizem respeito à proteção às vítimas de guerra, quer na Conferência de Haia (1899 e 1907), que está relacionada com os princípios que regem a conduta das operações militares (Teixeira, 1992, p. 97). Podemos afirmar que era este o quadro jurídico em vigor quando os militares portugueses foram feitos prisioneiros. Importa, assim, relevar alguns dos seus princípios e normas fundamentais para podermos compreender em que medida não foram respeitados, pelas diversas entidades envolvidas.

Observemos então, em linhas gerais, essas mesmas normas do anexo à Convenção de Haia -Regulamento relativo às leis e costumes da guerra terrestre (Castro, 1916, pp. 365-370)⁴³:

- Os PG ficam em poder do Governo inimigo, mas não dos indivíduos que os capturaram. Devem ser tratados com humanidade e tudo o que lhes pertence continua sendo propriedade sua, com a exceção de material militar;
- Os PG podem ser internados em cidades, fortalezas, campo ou localidades, estando obrigados a não se afastarem além de certos limites. Não podem ser detidos em prisão se não por indispensáveis medidas de segurança;
- O Estado pode empregar PG em trabalhos que não deverão ser excessivos, nem ter qualquer relação com as operações de guerra. As tarefas devem ser

⁴² Tradução livre do autor.

⁴³ As normas, apresentadas na sua fórmula concisa, correspondem aos artigos IV, V, VI, VII, VIII, XIII, XIV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX do referido regulamento (Castro, 1916, p.365-370).



atribuídas de acordo com os postos e aptidões de cada preso. Os oficiais não devem trabalhar;

- A manutenção dos presos está a cargo do Estado que os capturou. No que respeita à alimentação, vestuário e alojamento, os prisioneiros devem ser tratados com as mesmas condições dadas às tropas desse mesmo Estado;
- Os PG ficam sujeitos às leis e ordens em vigor no Exército do Estado que os aprisionou. Os presos evadidos e recapturados devem incorrer em penas disciplinares;
- Pode ser dado o estatuto de prisioneiro de guerra aos indivíduos que acompanham os exércitos ainda que não fizessem parte dele, como os repórteres e os fornecedores;
- Cada Estado deve ter uma repartição de informações sobre os presos de guerra. Essa entidade pode recolher os objetos deixados pelos prisioneiros falecidos e evadidos;
- As cartas, vales e encomendas postais destinadas aos presos ou por eles expedidas estão isentas de qualquer taxa postal, tanto no país de origem como no de destino;
- Os oficiais prisioneiros devem receber um soldo igual àquele que é dado aos oficiais de igual patente do Estado onde estão detidos;
- Os PG gozam de liberdade religiosa;
- O repatriamento, firmada a paz, deve ser feito no mais curto espaço de tempo.

Percebemos, através da leitura dos inúmeros depoimentos dos prisioneiros, lavrados nos diários que analisámos, nas memórias que muitos escreveram e nos relatórios que estudámos, que a generalidade destas normas foi violada, ou mal aplicada.

Salientamos o relatório do Major Pestana de Vasconcellos (1919a) elaborado a 23 de fevereiro de 1919, onde o delegado do governo recolhe os depoimentos de diversos militares (oficiais, sargentos, cabos e soldados) e onde vai assinalando os artigos da convenção violados, em cada situação relatada. Uma versão abreviada de 18 páginas, em francês, enviada inicialmente a Egas Moniz, haveria de chegar às mãos de Afonso Costa que substituíra este na presidência da delegação portuguesa à Conferência de Paz. Costa, num telegrama enviado para Lisboa, declararia que a “prova testemunhal recolhida pelo Major Pestana de Vasconcellos é insuficiente” (Afonso Costa, 1919), sugerindo o seu



afastamento do cargo que desempenhava. Replicava, deste modo, o que já tinha sido veiculado por Norton de Matos, que integrava a primeira delegação, num parecer onde classificava a prova recolhida como “insuficientíssima” (Norton de Matos, 1919).

Lograva, assim, a tentativa do governo de obter a compensação pelos custos do esforço de guerra português, através da Comissão de Reparações. Em outubro desse ano, Afonso Costa dava conta disso mesmo ao MNE, João Carlos de Melo Barreto, informando-o que o valor inicialmente pretendido nunca chegaria aos cofres portugueses (Oliveira, 2011, pp. 35-41).

A imagem negativa do Major Pestana de Vasconcellos, que transparece nas declarações de Afonso Costa e Norton de Matos, não corresponde ao enorme esforço desenvolvido por este, no apoio aos prisioneiros. O próprio Comité de Socorros, como já demonstrámos, dá nota disso mesmo e veremos, refletidas ao longo do presente trabalho, evidências desse desempenho. Foi do delegado do SPG a iniciativa de propor um inquérito para averiguar dos maus tratos aos nossos prisioneiros e das violações às convenções (Vasconcellos, 1919b). Mas, nem o governo português despendia a atenção devida, sendo necessária a insistência do Major, nem o estado alemão tinha capacidade de cumprir as determinações da convenção.

Como refere Nuno Severiano Teixeira (1992, p. 100), não só os sistemas previstos pela convenção não estavam montados em 1914, como nenhum dos beligerantes estava preparado para uma guerra que se prolongaria, para além do inicialmente idealizado. A estes motivos acresce o facto de que as grandes dificuldades económicas, nomeadamente da Alemanha, “tornavam muito difícil a aplicação cabal das disposições da Conferência de Paz (...) [sendo] a fome, de facto, o grande flagelo do cativo de guerra”, refere o autor.

4.2. No Cativo

A realidade que os militares portugueses do CEP experimentaram nos campos de prisioneiros da Alemanha não é, infelizmente, um caso único. Com efeito, muitos prisioneiros das várias nações participantes no conflito viveram as agruras do cativo⁴⁴. Na frente ocidental estimam-se cerca de oito a nove milhões de prisioneiros, feitos pela Alemanha, Áustria e Rússia (Jones, 2014). Destacam-se os milhares de russos, britânicos e franceses que caíram nas mãos destas nações, durante a guerra.

⁴⁴ Sobre este assunto, destacamos o livro de Heather Jones (2011), *Violence against Prisoners of War in the First World War*.



No caso italiano encontramos alguns paralelismos com o português, com as devidas salvaguardas, nomeadamente no que respeita à escala dos efetivos. No total, os números apontam para cerca de 600.000 prisioneiros, a maior parte dos quais resultantes da batalha de Caporetto, em outubro de 1917. Até esta data, a soma cifrava-se nos 1.000. O inverno rigoroso e a fome foram os principais males que afetaram os prisioneiros italianos, tendo 16% dos mesmos perecido, como sequência do seu internamento nos campos. O estado italiano, à semelhança do português, tardou em providenciar ajuda. Como refere Luca Gorgolini (2015), o governo alegava que era infrutífero enviar encomendas, uma vez que cairiam nas mãos da população. Na realidade, a falta de apoio resultava da perceção, por parte do Alto Comando italiano, de que os prisioneiros eram responsáveis pelo destino que tinham encontrado e pelos seus erros estratégicos militares.

Nos campos alemães, os estudos mais recentes apontam para 2.4 milhões de prisioneiros, de 13 nacionalidades diferentes, dos quais 1.4 milhões seriam russos.

Tabela 1 – Prisioneiros de Guerra capturados na Alemanha (até outubro de 1918)

Cut-off date	French		Russian		Belgian		English		Serbs		Romanians		Italians		Portuguese		Japanese		Americans		Montenegrins		Greeks		Brazilians	
	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.
10.3.15	3748	230503	3897	355380	634	39465	506	20031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.6.15	4078	251514	5391	520709	646	41568	634	24016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.8.15	4499	264890	6081	702613	663	41100	656	24730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.9.15	4536	269978	7833	905339	666	40475	661	24313	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.10.15	4736	281199	8324	969855	670	39724	691	25879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.7.16	5973	348832	8858	117220	658	41711	890	27634	-	25876	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.10.16	6324	372928	9288	1225154	663	42287	1093	32750	-	26605	-	73	6	147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.1.17	6440	376711	9322	1222084	657	41216	1211	34865	-	26261	890	40041	6	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.4.17	6490	376048	9715	1251831	657	41795	1471	38192	-	25968	1375	40395	6	529	-	14	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
10.6.17	6908	388897	9920	1244815	656	42681	1911	45863	-	25865	1431	40684	9	597	-	14	-	2	-	12	-	-	-	-	-	-
10.5.18	8259	421700	14024	1392890	732	44454	6372	106539	4	26549	1597	41180	4436	122801	268	3975	7	98	37	295	-	4	36	4	-	-
10.10.18	10865	524546	14050	1420479	810	45209	4456	177553	4	27908	1656	41641	4589	128331	267	6748	16	90	204	2253	-	5	37	4	-	-

Fonte: (Jones, 2015)

Os prisioneiros franceses e ingleses foram os que mais privaram com os militares portugueses nos campos. Os comités de socorros destes países apoiaram, inicialmente, os nossos prisioneiros. Os próprios militares, apercebendo-se da escassez a que estavam sujeitos os portugueses, partilhavam as suas encomendas, sobretudo os víveres (Oliveira, 2011, pp. 24-25).

Como vimos ao longo do trabalho, a sociedade civil acabou por se mobilizar para o apoio aos seus concidadãos, em Portugal ou nas comunidades da diáspora.



Assim, entendemos que existiu um triângulo de apoio fundamental para atenuar o sacrifício dos prisioneiros portugueses.



Figura 1 – Triângulo de Apoio aos Prisioneiros de Guerra

Fonte: (Autor, 2016)

No centro, os PG, que estiveram sempre em primeiro lugar na mente dos portugueses que se uniram para os ajudar.

Num vértice, o Comité de Socorros de Lausanne que, fruto de uma posição geográfica favorável e da vontade dos seus membros, centralizou o apoio aos prisioneiros. Foi este comité que, com os seus próprios meios, ou com aqueles que generosamente iam chegando, através das várias instituições cívicas, providenciou a ajuda necessária e possível aos militares portugueses. Para tal, muito contribuíram as diversas sociedades de apoio criadas em Portugal e na diáspora.

A dificuldade no envio das encomendas diretamente para a Alemanha, resultado de alguma incapacidade dos serviços de correio nacionais e dos riscos de extravio, tornam difícil o apoio direto das instituições nacionais. Numa carta enviada pelo comité à comissão de assistência, justifica-se assim a demora e por vezes o extravio da correspondência: “(...) por vezes os empregados que estão à testa das repartições nada conhecem dos mais elementares princípios do direito da guerra⁴⁵ e que por outro lado as instâncias competentes lho não fazem ver” (Lourinho, 1980, p. 41). Assim, a partir do momento em que o comité assume a liderança do apoio aos prisioneiros portugueses, dá instruções claras para que se consiga contornar o problema. Neste mesmo documento, que se encontra datilografado, podemos ver o *post scriptum* manuscrito na margem inferior: “Não se esqueçam de comunicar pessoalmente a suas famílias que os pacotes enviados de Portugal devem vir “*en transit atravers la Suisse*” e dirigidos à *Section Portugaise – Pietas – Entrepôt Federal de Douane – Berne*”.

⁴⁵ Falamos da isenção das taxas postais, consignada na convenção.



A Comissão Central de Assistência, no outro vértice do triângulo, foi muito relevante neste processo. Ela organizou, nos campos, a distribuição do apoio e foi responsável por dar aos prisioneiros uma voz ativa, que pudesse ser ouvida desde as salas da *komandatur* aos gabinetes de Lisboa. O esforço desenvolvido pelos seus membros que, recorde-se, encontravam-se nas mesmas condições dos seus camaradas, liderados pelo Presidente da Comissão, foi enorme. Quando o comité de socorros encerra a sua atividade, envia, a 28 de janeiro de 1919, uma carta ao Tenente-Coronel Craveiro Lopes onde reconhece a dedicação da comissão e do seu presidente, no processo de apoio aos prisioneiros: “Ao terminarmos os nossos trabalhos (...) apresentamos igualmente o testemunho do nosso reconhecimento pelo desvelado auxílio que nessa patriótica e humanitária Comissão sempre encontrámos” (Lourinho, 1980, p. 105).

O Estado, por último, tardou em envolver-se no processo de apoio aos prisioneiros. Parece-nos claro que, numa primeira fase, a situação dos PG apresentava-se para o Governo como uma questão meramente caritativa. Assim se explica o envolvimento das mulheres dos mais altos dignatários da nação, nesta obra. O envio das primeiras encomendas por conta do Estado, nomeadamente de fardamento, data de outubro 1918. Num ofício de dia nove desse mês, enviado pelo comité para Breesen, é relatado que o Conde de Penha Garcia “recebeu a notícia de que o Governo trabalha (finalmente)⁴⁶ activamente a vosso favor” (Lourinho, 1980, p. 104). Para além do financeiro, podemos afirmar que o apoio mais capaz terá sido o envio do delegado do SPG. Surge, assim, a figura de Pestana de Vasconcellos que, desde que chega à Suíça em outubro de 1918, é incansável nas diligências de que se encarrega para facilitar o trabalho do Comité. O seu trabalho mais relevante, não terá sido ao serviço das intenções do Governo, de quem era representante, como pudemos verificar nas críticas ao seu relatório, mas cumpriu-se no apoio prestado aos seus compatriotas presos.

É muito difícil avaliar a eficácia do apoio prestado. Em outubro de 1918, decorridos seis meses da captura, em resposta a uma carta enviada pela comissão a todos os campos, escreve o Sargento-Ajudante Porfírio de Paiva, presidente da comissão do campo de Dülmen: “Apesar de estarmos em contacto com as autoridades e com as sociedades benfeitoras de Portugal e do Brasil, ainda não recebemos qualquer apoio!”⁴⁷ (Lourinho,

⁴⁶ Entre parêntesis no original.

⁴⁷ Tradução livre do autor. No original em francês.



1980, p. 64). Parece-nos, assim, que o apoio ficou longe de ser universal. A realidade que melhor conhecemos é a dos oficiais. Foram eles que primeiro se organizaram. É deles a esmagadora maioria dos relatos e memórias que chegaram até nós. Mas os 267 oficiais internados em Breesen, correspondem a aproximadamente 4% do total de militares prisioneiros.

Sabemos, no entanto, que o trabalho desenvolvido por todas as instituições cívicas de apoio, particularmente por aquelas que decidimos relevar, foi determinante no alívio ao sofrimento dos prisioneiros. Disso nos dão conta as fontes consultadas, quer nas trocas de correspondência entre as instituições, quer nos testemunhos dos próprios prisioneiros.

4.3. No Regresso

Após o armistício, a situação dos prisioneiros nos campos tornou-se vulnerável. Os conselhos de operários e soldados alemães, resultado da revolução de novembro de 1918, que proclamaria mais tarde a República de Weimar (Araújo, 2009, p. 51), encontravam-se à frente do Ministério da Guerra e ameaçavam a continuidade do fluxo de encomendas para os campos. Para tentar contornar a dificuldade crescente no envio das mercadorias, por decisão dos representantes dos governos e organizações de socorros, é estabelecido um depósito central, em Bâle, onde seria concentrado todo o apoio. A 22 de novembro escreve o Comité: “nas circunstâncias atuais, [o apoio concentrado] é o único que tem a possibilidade de providenciar para os prisioneiros”⁴⁸ (CSMCPPG, 1918a).

Ciente das dificuldades e da grande agitação que se começavam a sentir nos campos, o delegado do governo começa a diligenciar no sentido de organizar o repatriamento dos militares portugueses. Num ofício, enviado ao comité a 30 de novembro de 1918 (Vasconcellos, 1918c) refere que “a evacuação da maior parte dos nossos prisioneiros deverá ter lugar pelo norte, Holanda e portos dos mares do Norte e Báltico”. O próprio PR tinha enviado, no dia 17, uma mensagem para todos os campos de prisioneiros, onde, “com carinho e reconhecimento dos seus filhos prisioneiros” expressava “a satisfação de saber que se aproxima a hora da liberdade e do regresso à Pátria” (Sidónio Pais, 1918)⁴⁹. A resposta que obteve de Breesen a 27 de novembro, pela pena do Tenente-Coronel Craveiro Lopes, deixa perceber uma subtil ironia: “Os officiaes portugueses prisioneiros de guerra

⁴⁸ Tradução livre do autor. No original em francês.

⁴⁹ Anexo M – Mensagem de Sidónio Pais aos prisioneiros.



agradecem (...) e significam a V.Exa. (...) que se sentiram muito felizes em terem sofrido todas as agruras da guerra pelo engrandecimento de Portugal” (Craveiro Lopes, 1918b).

É com estas preocupações em mente que Craveiro Lopes chega a Berlim no dia 9 de dezembro, a fim de se inteirar do processo de repatriamento e das diligências efetuadas pelo governo português nesse sentido. Não encontra as respostas pretendidas, nem sinal de nenhuma delegação portuguesa que aí se encarregasse do processo, ao contrário das comissões francesa, inglesa, belga e italiana que já estavam instaladas em Berlim (Lourinho, 1980, p. 143). No entanto, após regresso a Breesen, no dia 12, recebe um telegrama em que toma conhecimento que algumas diligências estavam a ser feitas para acelerar o repatriamento. O embaixador português em Haia, dava conta da disponibilidade do estado-maior holandês para que o regresso fosse feito através da Holanda e surgia a informação que o governo português tinha enviado 30.000 marcos, postos à ordem do presidente da comissão espanhola de proteção aos prisioneiros aliados (Lourinho, 1980, p. 146).

Com base nas novas informações, Craveiro Lopes, acompanhado do Capitão Maçãs Fernandes e um intérprete, parte para Hamburgo onde se encontrava a inspeção alemã dos prisioneiros. Aí desenvolve esforços, sempre em articulação com a legação portuguesa em Haia, para que o regresso dos prisioneiros se fizesse através da Holanda, ao contrário do que previam as autoridades alemãs, que seria pelo norte da Alemanha.

Tendo sido informado pela comissão espanhola que seria a *British Repatriation Commission* a responsável pelo repatriamento dos portugueses, a ela se dirigiu o oficial português, apenas para descobrir que, face à duração do cativeiro, a prioridade de evacuação era para os franceses e britânicos (Lourinho, 1980, p. 150). Conseguiu, contudo, o apoio da comissão inglesa para que ajuda de emergência fosse enviada para Breesen e ainda que fosse pressionado o Ministério da Guerra alemão, no sentido de autorizar o repatriamento dos portugueses via Holanda. No dia 21, surge a autorização e fica decidido que os oficiais internados em Breesen e ainda mil soldados do campo de Münster seriam repatriados pela Holanda (Lourinho, 1980, p. 152).



O comboio partiria de Breesen no dia 28 de dezembro e os oficiais da comissão começaram, em colaboração com as autoridades holandesas, a coordenar a chegada do elevado número de prisioneiros⁵⁰.

Com Pestana de Vasconcellos presente em Haia, visitando os campos de transição e diligenciando, junto das autoridades holandesas e alemãs, no sentido de saber se ainda restavam prisioneiros portugueses internados em hospitais ou outros campos (Vasconcellos, 1919c), os embarques iam-se sucedendo, para o tão esperado regresso à pátria. O percurso de navio era longo, passando por França e Inglaterra, antes de chegar a Portugal, e os embarques sucederam-se em várias levadas nas primeiras semanas de janeiro.

O delegado português permaneceu em funções, trabalhando a partir de Paris onde apoiou os trabalhos da missão portuguesa à Conferência de Paz. A 12 de abril de 1919, solicita o seu regresso a Portugal e, a 8 de maio, informa o comité de Lausanne: “Suponho que presentemente se não encontra já na Alemanha nenhum prisioneiro português, pelo menos contra vontade” (Vasconcellos, 1919d).

⁵⁰ A receção dos mesmos far-se-ia nos campos de transição de Harderwijk, Armersfoort e Zeist.



Conclusões

Procurámos neste ensaio, através de um estudo de natureza qualitativa, empregando o desenho de pesquisa histórica, analisar o apoio das instituições cívicas aos prisioneiros de guerra, capturados na Alemanha. Foi nas fontes primárias, maioritariamente encontradas nos arquivos que consultámos, que baseámos a nossa análise. Foram elas que conduziram a investigação e que foram apontando o caminho para as nossas conclusões.

Assim, da análise do ambiente político nacional da época, pudemos identificar as razões que levaram o Estado a dar uma resposta tardia ao problema do apoio aos prisioneiros, tentando relevar as ações concretas que foi capaz de concretizar. Seguidamente, analisámos as principais instituições cívicas criadas, com o objetivo de conhecer a sua organização e o auxílio por elas prestado. Aqui, distinguimos as duas instituições que considerámos fundamentais para o socorro aos militares em cativeiro. Por fim, dedicámo-nos a compreender a interação entre as diversas entidades responsáveis pelo apoio aos prisioneiros, procurando compreender o volume e os efeitos do auxílio prestado, desde o momento da captura até ao seu repatriamento.

Os cerca de 7000 PG portugueses capturados pelas forças alemãs, a maioria na sequência da Batalha de La Lys, contam-se entre os oito a nove milhões que resultaram da GG. Apesar da duração do cativeiro ser inferior, a sua história não difere muito da dos ingleses ou franceses. É uma história de sofrimento e angústia. Quando foram capturados, não podiam calcular a duração do seu cativeiro, como tal, avaliar as agruras pelas quais passaram tendo como referencial o tempo, é um exercício dispensável e que pouco contribui para uma historiografia que se quer desobrigada. Os últimos prisioneiros a serem repatriados terão permanecido nos campos cerca de oito meses. No entanto, cada dia privado da liberdade era um dia de fome, de ânsia e de incerteza.

O esquecimento a que foram votados, por parte das entidades governativas, foi quase completo, desde o momento da sua captura até ao repatriamento. Há algumas razões que nos ajudam a perceber que assim tenha sido. O momento era de convulsão política e social em Portugal, não permitindo que fossem seguidas linhas de orientação política coerentes e consequentes. Os governos sucediam-se e a alternância entre intervencionistas e não intervencionistas não favorecia a situação. Da análise efetuada parece-nos seguro afirmar que o apoio do Estado se concretiza em duas situações. Com a remessa de ajuda financeira para o Comité de Socorros e com o envio do delegado do Governo, Pestana de



Vasconcellos. Ambas as iniciativas deram os seus frutos, não permitindo, por isso, afirmar que a omissão de auxílio foi total. Contudo, entendemos que muito mais podia e devia ter sido feito pelas autoridades portuguesas, desde a organização do apoio nacional a um maior esforço diplomático.

Houve, contudo, quem não podia ficar indiferente. Falamos, principalmente, das mães, mulheres, filhas e irmãs, que iniciam em Portugal movimentos de apoio aos militares no cativeiro. São criadas diversas instituições cívicas de apoio, que desencadeiam os mais diversos esforços para aliviar o sofrimento dos prisioneiros. Seja na angariação de fundos e agasalhos, no envio particular de encomendas, ou na expressão pública do seu pesar, elas desempenharam um importante papel no socorro aos seus familiares. Foram elas que alimentaram a esperança do reencontro, com os seus bilhetes e cartas, fundamentais para manter o moral nos campos. Mas este apoio era difícil de concretizar. Estacava na burocracia e desconhecimento dos serviços postais e às mãos cruéis dos carcereiros. São inúmeros os relatos de cartas perdidas ou de encomendas violadas. Era necessária uma instituição mais organizada, com uma qualquer vantagem que lhe permitisse fazer a diferença. Essa organização surgiu ainda antes de La Lys e foi o Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra.

Nascido no seio da comunidade portuguesa na Suíça e liderado pela legação diplomática em Berna, o comité foi a instituição de apoio que os prisioneiros precisavam. O seu trunfo foi a localização geográfica aliada à neutralidade suíça, permitindo a centralização do apoio proveniente de todas as instituições contribuintes. As portuguesas e as da diáspora, das quais deve ser salientado o importante apoio das comissões Pró Pátria do Brasil. O Comité enviou uma impressionante quantidade de encomendas para os campos de prisioneiros, pautando a sua ação pela perseverança, jamais esmorecendo perante as inúmeras dificuldades encontradas, procurando soluções, desenvolvendo contactos necessários, fazendo o socorro chegar a quem dele precisava, como da vida.

Parece-nos possível constatar que sem o auxílio do comité, o número de portugueses que perderam a vida nos campos de prisioneiros da Alemanha seria muito mais elevado. Associados à Cruz Vermelha, pela sociedade *Pietas*, conseguiram manter um fluxo de informação e ajuda que, não só aliviou o sofrimento dos prisioneiros, como atenuou a angústia em que viviam as suas famílias. O seu desempenho ficará eternizado, não só pela historiografia que lhe venha a fazer justiça, tal como tentámos com este trabalho, mas mais



ainda pelos inúmeros testemunhos que encontramos nas memórias e demais escritos que os prisioneiros nos legaram.

Apesar deste precioso apoio, havia uma última barreira a ultrapassar. Como garantir que o apoio chegava de forma igual, ao maior número de prisioneiros possível?

Cumpre-nos, assim, destacar o trabalho da Comissão Central de Assistência que pela dedicação dos seus membros, superiormente liderados pelo Tenente-Coronel Craveiro Lopes, trataram de organizar a distribuição de apoio em Breesen, procurando propagar o modelo aos restantes campos, tentando que o socorro se estendesse a todos quantos dele necessitavam. Sabemos que era uma tarefa quase impossível, que não foi cabalmente cumprida. Ainda assim, consideramos fundamental o desempenho desta comissão que persistiu até ao momento do repatriamento, processo no qual teve um papel decisivo.

A excelente dinâmica de colaboração encontrada entre estas duas organizações, tornaram possível o apoio, que de outra forma, nas circunstâncias da época, apresentar-se-ia como um desafio de difícil superação. Esta relação foi potenciada pelo zelo e dedicação do delegado do governo português, após a sua chegada à Suíça. Era a peça que faltava para agilizar a complexa engrenagem do apoio aos prisioneiros. Ainda assim, sabemos que o socorro esteve longe de ser universal, deixando os sargentos e os soldados, em maior número e mais dispersos pelos campos, em circunstâncias piores, cuja verdadeira dimensão está ainda por estudar.

Estamos convictos que, com este trabalho, conseguimos trazer ao conhecimento público uma realidade particular daquela que foi uma página esquecida da nossa historiografia, até ao final do século passado. Julgamos ter atingido, desta forma, o objetivo da nossa investigação, na determinação do apoio dado aos prisioneiros pelas instituições cívicas. Através daquilo a que chamámos o Triângulo de Apoio, procurámos sintetizar aqueles que foram os vértices fundamentais no auxílio aos militares cativos, ficando por determinar a eficácia mais abrangente desse apoio. As limitações de um estudo desta natureza, conjugadas com a escassa informação acerca das experiências dos sargentos e soldados do CEP capturados, não nos permitem verificar a verdadeira dimensão do apoio prestado. Contudo, podemos inferir da análise documental realizada que, por parte do comité de socorros, da comissão de assistência e do próprio delegado do governo, foram desenvolvidas ações concretas na tentativa de que o apoio se estendesse a todos, conseguindo, ainda que pontualmente, tal desiderato.



Documentação de Arquivo

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE)

Afonso Costa, 1919, *Telegrama de 31 de março*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 6, Maço 18.

Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, 1918a, *Carta de 22 de novembro*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

Craveiro Lopes, J.C., 1918b, *Carta de 27 de novembro ao Comité*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Norton de Matos, 1919, *Parecer de 29 de março*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 6, Maço 18.

Serviço de Prisioneiros de Guerra, 1918a, *Comissão de Informações sobre os Prisioneiros de Guerra*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

Vasconcellos, P., 1919a, *Relatório de Pestana de Vasconcellos*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 6, Maço 18.

Vasconcellos, P., 1919b, *Telegrama de 4 de janeiro*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

Vasconcellos, P., 1919c, *Telegrama de 9 de janeiro ao Major Van Goor*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

Vasconcellos, P., 1919d, *Carta de Paris de 8 de maio*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

Arquivo Histórico Militar do Exército (AHM)

Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, 1918a, *Ofício de 4 de abril*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, 1918b, *Ofício de 4 de abril*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Sidónio Pais, 1918, *Mensagem do P.R. de 17 de dezembro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Vasconcellos, P., 1918a, *Circular de 14 de outubro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Vasconcellos, P., 1918b, *Ofício de 4 de novembro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.



Vasconcellos, P., 1918c, *Ofício de 30 de novembro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Arquivo da Comissão Central de Assistência (ACCA)

Lourinho, M. H., 1980. *Prisioneiros Portugueses na Alemanha (Guerra de 1914-1918)*. Porto: Edição de Autor.

Outras Fontes

Craveiro Lopes, J. C., 1918a. *Diário do Captiveiro*. [manuscrito] Lisboa: no prelo.

CMP, 1917. *Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados (1916-1917)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Dantas, J., 1916. Mulheres Portuguezas. *Ilustração Portuguesa*, 10 abril.

LCGG, 1934. *A Obra do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Lourinho, M. H., 1980. *Prisioneiros Portugueses na Alemanha (Guerra de 1914-1918)*. Porto: Edição de Autor.

Paço, A. d., 1929. *Cartas às Madrinhas de Guerra*. Porto: Editora de Marânus.

Pietas, 1917. *Boletim do Comité Português de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lausanne: Typographia Fritz Ruedi.

Pietas, 1919. *Boletim do Comité Português de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lausanne: Typographia Wyss Erben.

Pina, A., 1916. A declaração de guerra da Alemanha a Portugal. *Portugal na Guerra - Revista Quinzenal Ilustrada*, março, 1(1), p. 7.

Bibliografia

Afonso, A., 2010. Portugal e a guerra nas colónias. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 287-299.

Araújo, G., 2009. Uma revolução que não deve ser esquecida: Alemanha, 1918-1923. *História Social*, 17(Revoluções no século XX), pp. 49-73.

Castro, J. F. B. d., 1916. Anexo à Convenção. Regulamento relativo às leis e costumes da guerra terrestre”, Haia, outubro de 1907, secção I, capítulo II, art. IV a XX. Em: *Nova Colecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados*



- entre Portugal e as mais Potências*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 365-370.
- Clark, C., 2014. *Os Sonâmbulos - Como a Europa entrou em guerra em 1914*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Dunant, H., 1990. *Un souvenir de Solferino*. Reedição do original de 1862 ed. Genebra: Comité international de la Croix-Rouge.
- Fraga, L. A., 2010. *Do Intervencionismo ao Sidonismo - os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Garcia, R., 2015. As damas da alta sociedade na Primeira Guerra. *Sábado*, 8 janeiro.
- Gorgolini, L., 2015. *Prisoners of War (Italy)*. [Online] Disponível em: http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/prisoners_of_war_italy[Acedido em 25 maio 2016].
- Henriques, J. P., 2005. O pioneirismo protestante na génese de organizações universalistas em Portugal. *Revista Lusófona da Ciência das Religiões*, 8(7), pp. 97-107.
- IHC, 2012. *Grupo Auxiliar das Damas Enfermeiras*. [Online] Disponível em: <http://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/instituicoes/item/5306-grupo-auxiliar-das-damas-enfermeiras>[Acedido em 7 maio 2016].
- Jones, H., 2011. *Violence against Prisoners of War in the First World War - Britain, France and Germany, 1914-1920*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, H., 2014. *Prisoners of War*. [Online] Disponível em: http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/prisoners_of_war[Acedido em 25 maio 2016].
- Jones, H., 2015. *Prisoners of War (Germany)*. [Online] Disponível em: http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/prisoners_of_war_germany[Acedido em 25 maio 2016].
- Keegan, J., 2014. *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Porto Editora.
- LCGG, 1934. *A Obra do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Lopes, C. A., 2012. *Os Portugueses na Grande Guerra. Uma experiência de combate e de cativo*. Lisboa: Repositório da Universidade Aberta.



- Louçã, A., 2015. *RTP - Portugal na Primeira Grande Guerra*. [Online] Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/portugal-na-1-grande-guerra/diario-inedito-de-prisioneiro-portugues-na-primeira-grande-guerra_n756006[Acedido em dezembro 2015].
- Lousada, I., 2011. *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 667-688.
- Mariano, F., 2012. Os esquecidos da guerra: o apoio das mulheres aos prisioneiros da 1ª Guerra. *Revista Militar*, Maio, Issue 2524.
- Marques, I. P., 2008. *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática.
- Meneses, F. R. d., 2000. *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-18)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Meneses, F. R. d., 2010. Intervencionistas e Anti-intervencionistas. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 267-276.
- Meneses, F. R. d., 2015. *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Monico, R., 2005. *Suisse-Portugal: Regards Croisés, 1890-1930*. Genève: Société d'Histoire e d'Archéologie de Genève.
- Oliveira, M. J. M. d., 2011. *Deste triste viver - Memórias dos Prisioneiros de Guerra Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa: Repositório da Universidade Nova.
- Pires, A. P., 2010. A economia de guerra: a frente interna. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 319-347.
- Pires, A. P., 2010. O conflito mundial - Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto e branco. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 249-266.
- Reis, J., 1984. O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, 20(80), pp. 7-28.
- Rosas, F., 2010. A República e a Grande Guerra. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 247-248.



- Samara, M. A., 2010. Sidonismo e Restauração da República. Uma "encruzilhada de paixões contraditórias". Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 371-395.
- Teixeira, N. S., 1992. A Fome e a Saudade. Prisioneiros na Grande Guerra. *Revista Penélope. Fazer e Desfazer a História*, outubro, Issue 8.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objetivos Nacionais e estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Teixeira, N. S., 1998. Portugal na Grande Guerra 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta. Em: *Portugal e a Guerra - História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 55-70.
- Teixeira, N. S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. Em: *Nova História Militar de Portugal*. Sintra(Lisboa): Círculo dos Leitores.
- Teixeira, N. S., 2014. *Portugal e a Grande Guerra - entre a memória do passado e os desafios do futuro*. Lisboa, Assembleia da República, pp. 21-24.
- Telo, A. J., 2010. *Primeira República I - Do Sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Telo, A. J., 2013. *A Beligerância Portuguesa na Grande Guerra*. [Online] Disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas%20externas/ArtigosTextos/Beligerancia_Portuguesa/index.html[Acedido em 30 abril 2016].
- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Revista Nação e Defesa*, Issue 139, pp. 8-33.



Anexo A — Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal

Adaptado da Revista Quinzenal Portugal na Guerra

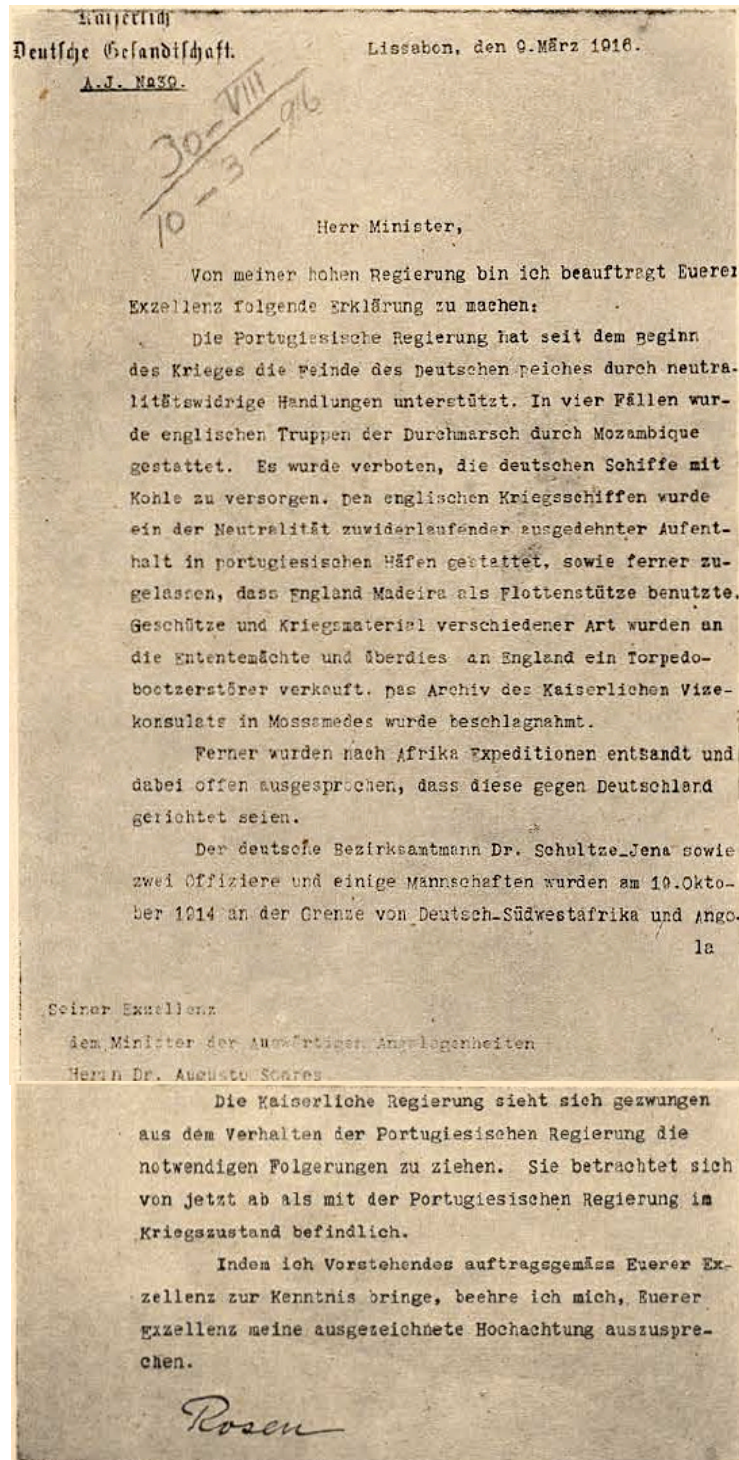


Figura 2 – Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal

Fonte: Adaptado de Revista Quinzenal Portugal na Guerra (Pina, 1916)



Tradução Publicada no Jornal do Exército em março de 2009

“Senhor Ministro. Estou encarregado pelo meu alto Governo de fazer a V. Ex.a a declaração seguinte: O Governo português apoiou, desde o começo da guerra, os inimigos do império Alemão por actos contrários á neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma larga permanência em portos portugueses, contrária á neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra de diferentes espécies foram vendidos ás Potências da Entente, e, além disso, á Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado imperial em Moçâmedes foi apreendido.

Além disso, foram enviadas expedições á África, e foi dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador alemão do distrito. Dr. Schultz-Jena, bem como dois oficiais e algumas praças, em 19 de outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano alemão e Angola. foram atraídos, por meio de convite, a Naulila, e ali declarados presos sem motivo justificado, e, como procurassem subtrair-se á prisão, foram, em parte, mortos a tiro enquanto os sobreviventes foram à força feitos prisioneiros.

Seguiram-se medidas de retorção da tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, precedeu na suposição, originada pelo acto português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O Governo português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem, todavia, se referir ás primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e o Parlamento, durante todo o decurso da guerra, entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência, mais ou menos notória, do Governo português. O chefe de Partido dos Evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de novembro de 1914, na presença dos ministros portugueses, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o imperador da Alemanha, sem que por parte do presidente da Câmara, ou dalgum dos ministros presentes, se seguisse um



protesto. Às suas representações, o enviado imperial recebeu apenas a resposta que no boletim oficial das sessões não se encontrava a passagem em questão.

Contra estas ocorrências protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por várias vezes apresentamos as mais sérias representações e tornámos o Governo português responsável por todas as consequências.

Não se deu, porém, nenhum remédio. Contudo, o Governo Imperial, considerando com longanimidade a difícil situação de Portugal, evitou então tirar mais sérias consequências da atitude do Governo português.

Por último, a 23 de fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães. Sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o Governo Imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.

O Governo português não atendeu este pedido e procurou fundamentar o seu acto violento em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequência desta imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2.º do tratado de comércio e navegação luso-alemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal, e, portanto, ao ilimitado direito de apropriação do Governo português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no país. Além disso, opina o Governo português ter procedido adentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica, e também no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado.

Estas considerações aparecem como vazios subterfúgios. O artigo 2.º do tratado do comércio e navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre se a circunstância de os navios alemães se encontrarem pretendidamente imobilizados em portos portugueses modificou a sua situação de direito. O Governo português violou, porém, o citado artigo em dois sentidos, primeiramente não se mantém na requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de tonelagem. Mas, além disso, o



mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente dum prévio acordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes. Enquanto que o Governo português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente, quer por intermédio do Governo alemão, com as companhias de navegação. Desta forma apresenta-se todo o procedimento do Governo português como uma grave violação do Direito e do Tratado.

Por este procedimento o Governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião. O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo português.

Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo português.

Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de V. Ex.a tenho a honra de exprimir a V.Ex.a a minha distinta consideração.

Rosen

9 de março de 1916”



Anexo B — Decreto 4:053, de 20 de março de 1918

8 DE ABRIL DE 1918

353

tuação aos pequenos servidores do Estado, como sejam as praças da guarda fiscal:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e em promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A partir de 1 do corrente é concedido a todas as praças de pré da guarda fiscal que prestarem serviço dentro das áreas das cidades de Lisboa e Porto um subsídio de \$10 diários, como subvenção.

Art. 2.º Este abono será feito durante o estado de guerra e até um ano depois de assinada a paz.

Art. 3.º Perdem o direito ao subsídio, a que se refere este decreto, as praças que estiverem detidas, presas para conselho de guerra, cumprindo sentença, prisão correcional e com licença registada.

Art. 4.º O abono do subsídio, a que se refere este decreto, será feito pela verba «Despesas excepcionais resultantes da guerra».

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças o faça publicar. Paços do Governo da República, 8 de Março de 1918.—*Sidónio Pais*—*Henrique Forbes de Bessa*—*Martinho Nobre de Melo*—*Francisco Xavier Esteves*—*José Carlos da Maia*—*Manuel José Pinto Osório*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*José Feliciano da Costa Júnior*—*Eduardo Fernandes de Oliveira*—*António Maria de Azevedo Machado Santos*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 4:051

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Guerra, que o artigo 10.º do decreto n.º 3:165, de 30 de Maio de 1917, passe a ter a seguinte redacção:

«Artigo 10.º Os candidatos julgados aptos pelo júri a que se refere o citado artigo 46.º serão imediatamente nomeados aspirantes a oficial miliciano e mandados apresentar nas unidades e serviços onde forem colocados, sendo promovidos a alferes milicianos se, decorridos dois meses de serviço efectivo, comprovarem o seu bom comportamento, zelo e dedicação pelo serviço militar».

O Ministro da Guerra o faça publicar.

Paços do Governo da República, 20 de Março de 1918.—O Ministro da Guerra, *Sidónio Pais*.

Decreto n.º 4:053

Hei por bem decretar, sob proposta dos Ministros da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e das Colónias o seguinte:

Artigo 1.º É criada para os efeitos do artigo 14.º do regulamento relativo às leis e costumes da guerra terrestre, anexo à 4.ª convenção de Haia, de 18 de Outubro de 1907, uma comissão composta de um delegado de cada um dos Ministérios da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e das Colónias e da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, a qual funcionará junto da Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra, cabendo-lhe também a fiscalização dos serviços administrativos dos campos de concentração dos inimigos, prisioneiros de guerra e internados.

Art. 2.º A mesma comissão compete coligir todos os dados relativos à situação e movimento:

a) Dos prisioneiros de guerra, desaparecidos e extraviados dos exércitos metropolitano e colonial, em campanha, e bem assim dos civis nacionais prisioneiros e internados em país inimigo;

b) Dos oficiais e praças dos mesmos exércitos repatriados por incapacidade física, especificando-se os mutilados, estropiados, tuberculosos, cegos, doidos, etc., e dos falecidos em combate por desastre e doença;

c) E quaisquer outras informações que a comissão pareça útil coligir.

Art. 3.º Fica ainda a cargo da comissão o serviço de informações sobre a situação e movimento dos emigrados políticos estrangeiros internados no país.

Art. 4.º Ao delegado do Ministério da Guerra incumbem a direcção dos serviços do expediente e arquivo, devendo requisitar à Repartição do Gabinete o pessoal e material necessários para a execução daqueles serviços.

Art. 5.º O serviço e arquivo correspondente a prisioneiros de guerra repatriados e falecidos do exército metropolitano, que se acha a cargo actualmente da Repartição de Abonos e Assistência aos Mobilizados, passa para o serviço da comissão.

Os Ministros da Guerra, dos Estrangeiros e das Colónias o façam publicar. Paços do Governo da República, 20 de Março de 1918.—*Sidónio Pais*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*.

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte decreto:

Decreto n.º 3:744

Figura 3 – Decreto 4:053, de 20 de março de 1918

Fonte: (Pina, 1916)



Anexo C — Cruzada das Mulheres Portuguezas



Figura 4 – Cruzada das Mulheres Portuguezas

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1916)



Figura 5 – Cruzada das Mulheres Portuguezas

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1916)



Anexo D — Exemplo de Apelo da CMP ao apoio aos militares mobilizados

Ex.^{ma} Sr. —Tendo nós sido encarregadas pela Cruzada das Mulheres Portuguesas de melhorar, tanto quanto nos fôr possível, as condições da vida física e moral dos nossos soldados nos campos de batalha, vimos fazer um apêlo a todos os portugueses e aos estrangeiros nossos amigos para concorrerem com o que possam para a constituição dum fundo a êsse fim destinado.

Donativos em dinheiro ou em roupas próprias para soldados, principalmente camisolas, camisas, ceroulas e meias, flanelas, algodões, fios de lã ou outros, lenços, calçado, tabacos, medicamentos, pensos e quaisquer artigos, tudo será da maior utilidade.

Pedimos a V. Ex.^a o favor de enviar todos os donativos que possa obter à Cooperativa Militar, Rua Alves Correia, Lisboa, que amávelmente se presta a arrecadá-los até que lhes seja dado o mais conveniente destino pela Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Toda a correspondência deve ser dirigida à presidente da comissão para a Rua Sousa Martins, 14, Lisboa.

Figura 6 – Apelo da CMP

Fonte: (CMP, 1917)



Anexo E — Apoio do Jornal O Século



Figura 7 – Apoio do jornal O Século

Fonte: *(Ilustração Portuguesa, 1916)*



Anexo F — Damas Enfermeiras Auxiliares



Figura 8 – Damas Enfermeiras Auxiliares no CEP

Fonte: (Sábado, 2015)



Figura 9 – Damas Enfermeiras Auxiliares

Fonte: (Revista Militar, 2014)



Anexo G — Sede do Triângulo Vermelho Português em Paris



Figura 10 – Soldados do CEP no TVP

Fonte: *(Ilustração Portuguesa, 1918)*



Anexo H — Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra




Figura 11 – Comité de Socorros no Hotel Richemont

Fonte: *Portugal et Suisse: Regards Croisés*, 1890-1930 (Monico, 2005, p. 285)



Anexo I — Professor Hernâni Torres

Prisioneiro dos alemães




O professor Hernani Torres pouco antes de ser internado.


Um dos nossos compatriotas que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal ali surpreendeu, foi o eminente professor de piano do Conservatório de Leipzig, sr. Hernani Torres, pertencente a uma distinta família portuense. O insigne pianista, que havia feito um curso brilhante no nosso Conservatório, tanto saber e talento revelou no d'aquela, que de discípulo passou a professor. Em toda a Alemanha o seu nome era considerado e gosava de uma justa fama sendo os seus concertos aplaudidos entusiasmaticamente, não só ali, mas também na America, onde ele se fez ouvir com grande aplauso. Pois, apesar da gloria que o seu inigualavel talento conquistou na Alemanha, foi internado n'um campo de prisioneiros, apoz a declaração de guerra. E, Hernani Torres, o notavel professor, dotado de uma educação finissima, arrancado á sua tranqüila e respeitada cadeira, que regia com rara proficiencia, passou a cavador de enxada e a trabalhar em misteres tão opostos á sua educação e á adaptação das suas forças,

Magestade El-rei D. Afonso XIII lêsse o sentido memorial da desolada mãe de Hernani Torres, a sr.^a D. Leopoldina Torres, e que tomasse a peito a causa simpatica do nosso compatriota, obtendo o seu internamento na Suissa, mas ás autoridades alemãs comiserção alguma despertaram as lagrimas d'uma mãe e o interesse carinhoso d'um rei por elas.

Temos alguns alemães nossos prisioneiros ou internados que em contraste flagrante com a desventura de Hernani Torres, disfrutam um tratamento principesco. Não seria, pois, possível resgatal-o do seu suplicio por troca com algum d'eles? Ou o seu martirio terá que persistir até soar a aneiciada hora da Justiça!



O professor Hernani Torres á entrada da barraca que lhe serve de alojamento.



Ultim retrato de Hernani Torres

Figura 12 – Professor Hernâni Torres

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1918)



Anexo J — Esboço do Tenente-Coronel Craveiro Lopes demonstrando a ração de pão

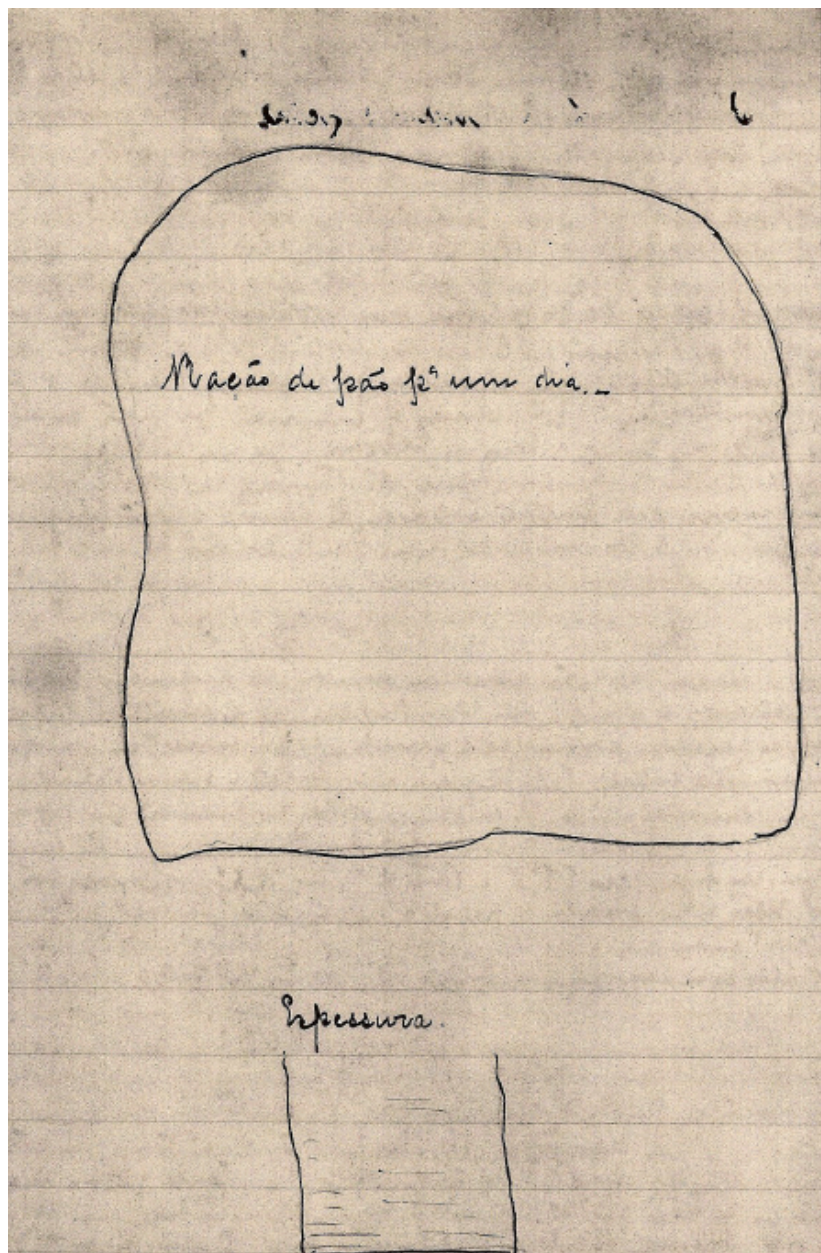


Figura 13 – Esboço da Ração de Pão

Fonte: (Craveiro Lopes, 1918a)



Anexo K — Mapa do itinerário percorrido pelos oficiais prisioneiros



Figura 14 – Mapa do Itinerário dos Oficiais Prisioneiros

Fonte: Adaptado (Amaral et al., 2013)

Legenda:

- 1- Região de Lille, campo de prisioneiros temporário na retaguarda da Divisão alemã
- 2- Campo de Rastatt
- 3- Campo de Breesen
- 4- Campos de transição holandeses, na região de Haia
- 5- Passagem por Inglaterra
- 6- Chegada a Lisboa



Anexo L — Constituição da comissão de assistência aos prisioneiros militares portugueses

Adaptado do livro de Manuel Lourinho (1980, pp. 18-19):

Comissão Central de Assistência

Tenente-coronel João Carlos Craveiro Lopes

Capitão Bento Esteves Roma

Capitão João Ribeiro Gomes

Tenente Médico Manuel Lourinho

Alferes Felismino da Fonseca Araújo

Subcomissões

Instrução

Major Aníbal Coelho de Magalhães

Tenente Henrique Pereira do Vale

Alferes José de Sousa Carrusca

Biblioteca

Tenente Médico Francisco António Soares

Tenente Médico João António Carreiras

Alferes Manuel dos Santos

Rancho

Capitão João Mendes Cabeçadas

Tenente Guilherme Carlos Oom

Tenente Manuel Branco Batista

Tenente Manuel Máximo Lopes da Silva

Tenente Médico João Uriel de Sousa Salvador

Alferes António Canto Vasconcelos



Cantina

Capitão José Joaquim Pacheco

Capitão Jaime Pires Cansado

Alferes António Valério de Carvalho

Serviço Postal

Capitão José da Cruz Viegas

Alferes Eduardo Augusto Florêncio

Alferes Alexandre Herculano Pires Marruz

Alferes equiparado João Augusto Fachada

Recreio

Capitão Teófilo Constantino de Moraes

Capitão Luís Emílio Ramiro

Tenente Médico João Uriel de Sousa Salvador

Alferes Vicente Gonçalves de Almeida



Anexo M — Mensagem de Sidónio Pais aos prisioneiros

REPUBLICA PORTUGUEZA

—
LEGACÃO DE PORTUGAL
NA
SUISSA
—

SERVIÇO DOS PRISIONEIROS
DE
GUERRA

AOS PRISIONEIROS DE GUERRA PORTUGUEZES.

TELEGRAMMA DE S. EX.^a O SNR. PRESIDENTE DA REPUBLICA.

LISBOA 16 DE NOVEMBRO DE 1918.

É COM A MAIS COMMOVIDA SATISFAÇÃO QUE VOS ENVIÓ ESTA MENSAGEM NESTA HORA SOLEMNE, EM QUE OS ESFORÇOS DOS VOS-SOS IRMÃOS DE ARMAS, DE TODAS AS NAÇÕES ALLIADAS, COROAM COM A VICTORIA, SACRIFICIOS HEROICOS DOS QUE SE BATERAM PELA MESMA CAUSA.

PORTUGAL LEMBRA — SE COM CARINHO E RECONHECIMENTO DOS SEUS FILHOS PRISIONEIROS, E EXPRIME — LHES, COM PALAVRAS DE GRATIDÃO, A SATISFAÇÃO DE SABER QUE SE APROXIMA A HORA DA LIBERDADE E DO REGRESSO À PATRIA.

SIDONIO PAES.

ESTÁ CONFORME.

BERNE, 17 DE NOVEMBRO DE 1918.

(a) PESTANA DE VASCONCELLOS
MAJOR

Figura 15 — Mensagem de Sidónio Pais

Fonte: (Sidónio Pais, 1918)



Apêndice A - Metodologia e Estrutura do Trabalho

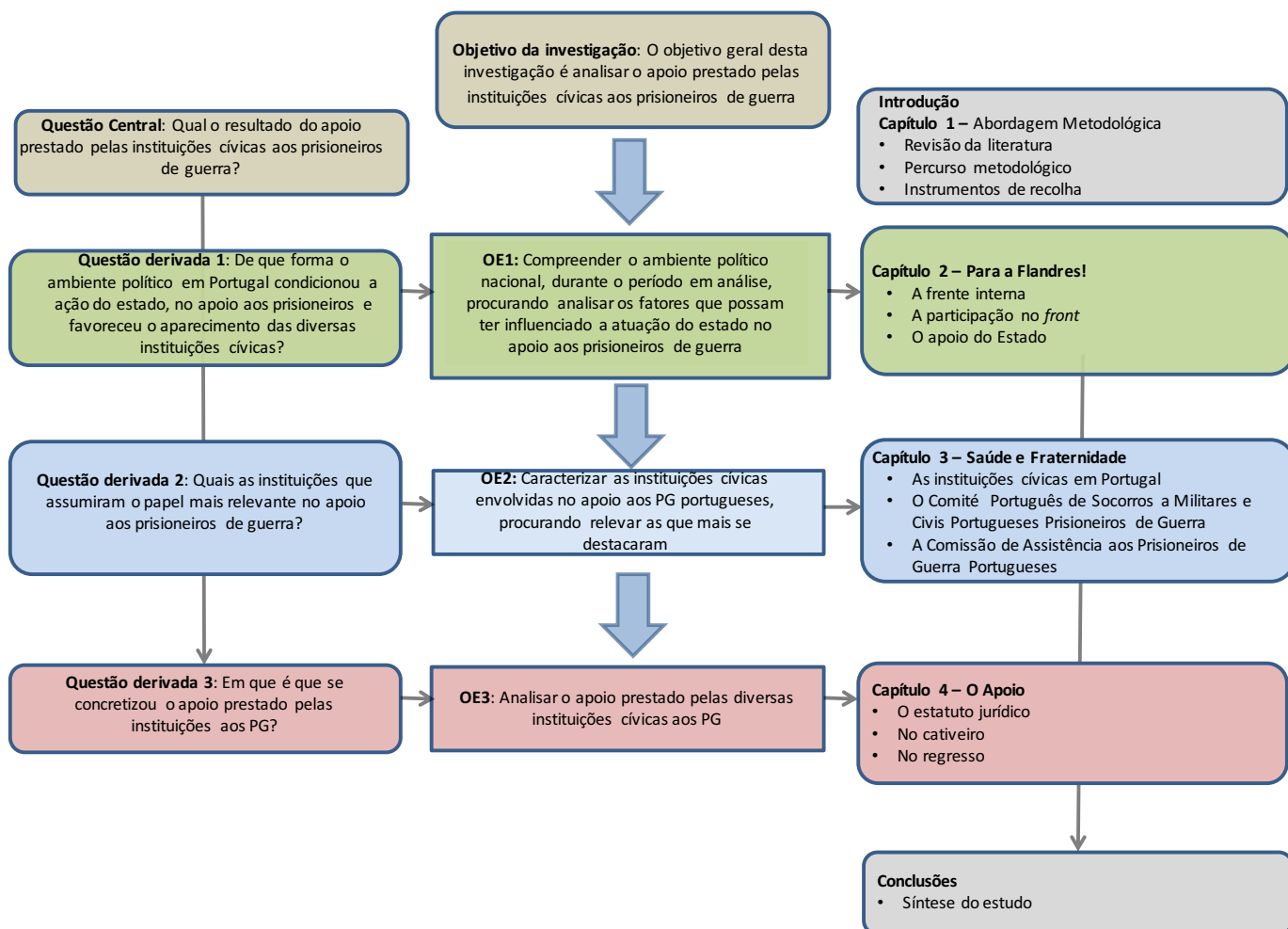


Figura 16 – Metodologia e estrutura geral do trabalho

Fonte: (Autor, 2016)



Apêndice B - Percurso Metodológico – *Design Histórico*

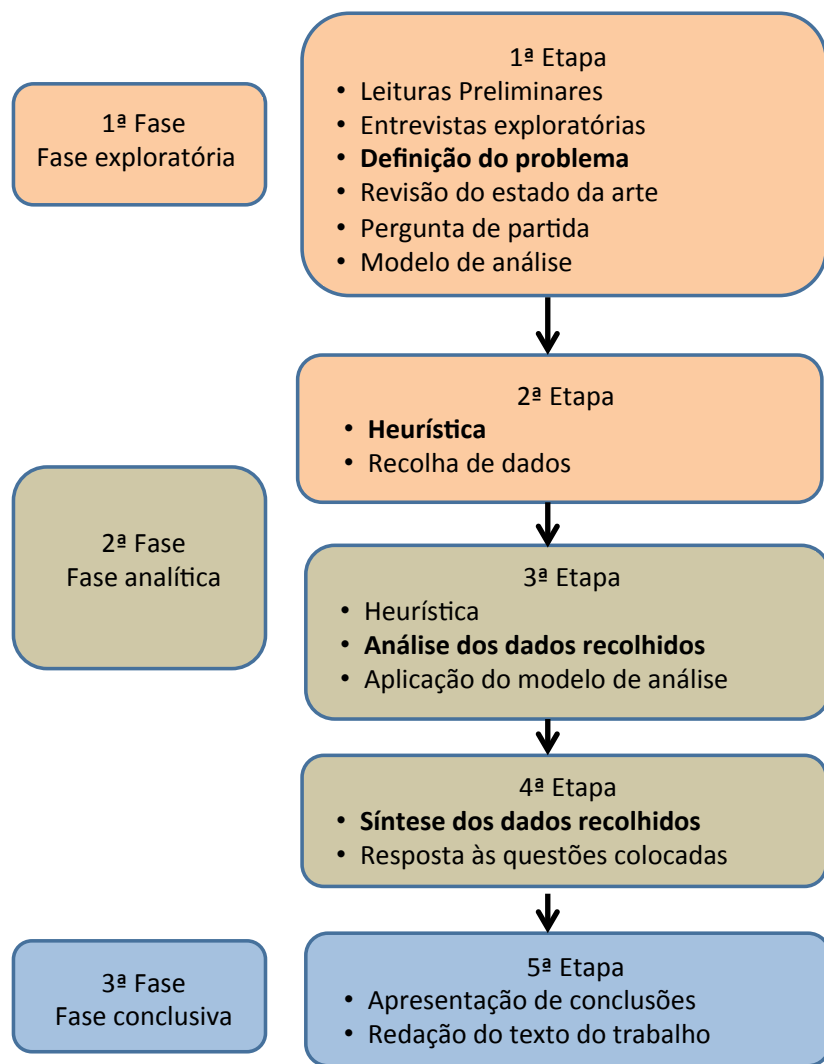


Figura 17 – Percurso Metodológico - *Design Pesquisa Histórica*

Fonte: (Autor, 2016)